

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

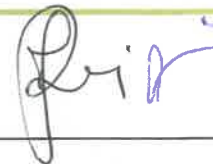
Salão Nobre de Melgaço
Sessão Ordinária nº 12
de 22 - 12 - 2023

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
Bárbara Cristina Ribeiro Lima a)	1º Secretário	P
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Márcio António Silva Alves b)	P	José Carlos Gonçalves	F
Manuel Cândido Afonso c)	P	David Manuel Barbeitos	P
Sónia Andreia Alves Durães d)	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
Maria José Rodrigues Dias	P	Amado Dias	P
António Manuel Domingues	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	F
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
Vítor Sílvio Cardadeiro	P	Alfredo Domingues	F
José Manuel Alves da Costa e)	P	Elisabete de Lurdes Domingues g)	P
Carla Maria Esteves Lima f)	P	Ricardo Jorge Alves	P
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Manuel Fernando Teixeira Pereira	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Fernanda C. P. Pinto Barbosa	P		
Manuel António Almeida	P		
Francisco J. da C. e Silva Reis Lima	P		
Ariana A. Rodrigues Fernandes	P		

P-Presença F-Falta

- a) Substitui Catarina Aurora Rodrigues Mira
- b) Substitui Manuel Luís Domingues Gonçalves
- c) Substitui Pedro João Mendes de Sousa e Silva
- d) Substitui Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues
- e) Substitui Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues
- f) Substitui Alexandra Cláudia de Sousa Táboas
- g) Substitui Amadeu Esteves



Assunto n.º1	Período de “Antes da Ordem do Dia”
---------------------	---

A Senhora Presidente da Assembleia, antes de colocar a ata da reunião anterior à discussão, referiu que o deputado José Albano lhe mandou uma correção e que já procedeu a essa alteração, que se tratava de uma palavra na página dezasseis, na intervenção do deputado Manuel Rodrigues. Neste sentido, substituiu-se a palavra “existência” por “excelência”. Essa correção já foi feita e a ata foi enviada a todos os deputados, com as respetivas declarações de votos. É essa a ata que coloca em discussão.


Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação, que foi aprovada por maioria, com três abstenções dos deputados que não estiveram presentes nessa reunião.

De seguida, a senhora Presidente da Mesa procedeu às inscrições para o período antes da ordem do dia. Inscreveram-se os deputados: Aurora Soares, António Domingues, José Albano e Diogo Castro.

Procedemos então à intervenção da deputada Aurora Soares.

Depois dos cumprimentos protocolares, começou por referir que na última Assembleia Municipal de 23 de setembro questionou a ausência dos equipamentos destinados à prática de skate, no Parque urbano do Rio do Porto, tendo o Sr. Presidente respondido que tais equipamentos estavam envelhecidos e que estariam a ser recuperados. Uma vez que tais equipamentos ainda não foram recolocados no local, perguntou se há previsão de quando voltará o referido parque de Skates a estar em pelo funcionamento.

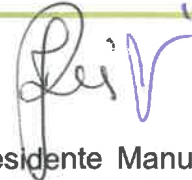
Na resposta à sua questão sobre o parque de “Skates”, na última Assembleia, o Sr. Presidente referiu que o Polidesportivo, existente no enquadramento do parque de “Skates”, tinha sido requalificado com muita qualidade. Houve pessoas que lhes fizeram chegar uma reclamação, porque pretendiam utilizar o polidesportivo para jogarem à noite e não tinha luz, o que lhes causou estranheza, já que Melgaço é uma terra de desporto e lazer, tendo o Sr. Presidente dito nessa altura, que o objetivo é que as pessoas tenham condições para a prática de todo o tipo de exercício físico, e sendo normal as pessoas que gostam e não podem praticar as suas atividades desportivas durante o dia, o façam em horário pós-laboral, ou noturno e no inverno é



noite muito cedo, questionou: Existem horários específicos para poder utilizar o polidesportivo? É necessário fazer requerimento à Câmara por parte de quem o queira utilizar no período noturno?

Prosseguiu a sua intervenção referindo que por volta do mês de junho ou julho deste ano foi colocado um sinal de trânsito proibido na Rua velha, devido a uma obra de reconstrução de um prédio urbano (com o que nos congratulamos), que iria iniciar-se nessa rua, a qual só teve início em setembro. Nessa altura procederam à vedação da rua, não sendo possível transitar de carro, o que, na altura se justificou, porque procederam à demolição do que restava do prédio que ali se encontrava e isso importava perigo para quem ali passasse, demolição essa, que durou cerca de uma semana. Desde essa altura, a obra encontra-se parada, apenas tendo sido lá colocada uma grua, posteriormente, porém a vedação continua no local, o que causa enormes constrangimentos, quer aos moradores, mas, principalmente, a um estabelecimento comercial, de venda de produtos agrícolas, que se encontra em frente à obra, que tem a necessidade de transportar os sacos de farinha, batatas, adubos, garrafas de gás, entre outros produtos pesados, através do estreito passeio e carrega-los no final da rua, para posteriormente distribuir pelos clientes, transportar as mercadorias trazidas pelos fornecedores para o interior da loja, bem como aos clientes desse comércio, que dada a impossibilidade de passarem com o carro no local para carregar as mercadorias, muitos deles passaram a comprar noutros comércios, bem como àqueles que por ali passavam de carro, ou transitam a pé, principalmente agora no inverno quando chove, porque é difícil passar com o guarda-chuva pelo passeio, devido à vedação existente. Assim sendo, deixou algumas questões para o Senhor Presidente responder: A vedação e proibição do trânsito na rua terá a duração da execução da obra (60 meses)? é por um período de tempo mais curto? Nesta hipótese, por quanto tempo estará o trânsito proibido naquela rua? Não será possível colocar a vedação na rua, apenas, nas alturas em que a obra esteja a ser executada e importe perigo para quem ali passe, retirando-a nos períodos em que esteja parada ou estejam a ser realizados trabalhos que não importem perigo?

De seguida foi dada a palavra ao deputado António Domingues que começou por agradecer à Presidente de Mesa. Cumprimentou a mesa, o executivo e todos os membros da assembleia e todo o público presente. Abordou um evento que o conquistou, que foi a Festa do Espumante. Disse que esta



foi idealizada em 2015, pela Câmara Municipal e pelo Senhor Presidente Manuel Batista. Considera que esta foi uma grande aposta, arriscada, mas de todas as coisas pensadas e amadurecidas, foi uma aposta assertiva. Ainda bem que assim foi porque houve, para além dessa visão, a coragem de a levar avante. Os resultados estão à vista. O êxito é inegável. Esta celebração do Espumante de Melgaço e Monção, faculta aos produtores a oportunidade da promoção e divulgação, não só aos melgacenses, mas também, como se verificou, a gente que vem de longe, que percorrem mesmo muitos quilómetros para participar na Festa do Espumante. Nos três dias do certame, as ofertas foram muitas, variadas e de qualidade. Um programa vastíssimo de atividades. Dezassete produtores presentes, com quarenta e uma variedades de espumante. Parabeniza os produtores que, apesar de não serem especialistas, apresentaram produtos de grandíssima qualidade ou ainda gastronomia com um chefe de cozinha de renome. Nove expositores locais onde se podia apreciar desde os enchidos, queijos, doçarias, etc. Dois restaurantes que capricharam na apresentação dos produtos regionais e onde se podia apreciar cento e oito lugares sentados, o que é ótimo. Houve momentos musicais para todos os gostos. Deixou para o fim o que realmente lhe encantou, que foi a nave espacial que aterrou no campo da feira, com um espaço bem distribuído, onde era agradável estar, encontrar amigos, conviver e, claro, provar o espumante. Foram três dias maravilhosos e, em brincadeira, acrescenta que teve efeitos terapêuticos. Termina parabenizando os funcionários responsáveis pelo evento, a Câmara Municipal, os melgacenses e Melgaço. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, diz-lhe que o evento é para levar para a frente, que cá está para apoiar e que é natural haver pessoas que não gostem, mas que temos que conviver com estas coisas. Uns gostam, outros não e ele está só a dizer aquilo que pensa, aquilo que viu, aquilo que observou. Termina agradecendo.

Tendo pedido o uso da palavra e sendo-lhe concedida o deputado José Albano Esteves Domingues principiou por apresentar cumprimentos à Mesa da Assembleia e ao Executivo, na pessoa dos seus máximos representantes, às senhoras e senhores vereadores e deputados, e aos técnicos do Município e público presente.

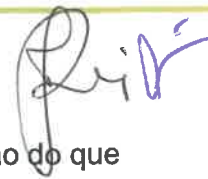
Referiu, desde logo, pretender deixar a todos os votos de um Santo e Feliz Natal. E finalizou a parte introdutória da sua intervenção desejando que a reunião



corresse bem, com a discussão efetiva dos assuntos da ordem de trabalhos, mas com elevação, serenidade e o respeito pela visão certamente distinta que cada um dos grupos na Assembleia e cada deputado pudesse ter, não apenas ou especialmente por ser Natal mas por assim o exigir a cultura democrática.

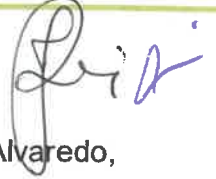
Quanto aos dois assuntos que em concreta pretendia trazer à Assembleia no período de “Antes da Ordem do Dia” começou por falar do projeto do prolongamento da A-28. Referiu, a esse propósito, que na última Assembleia Municipal, de 23 de setembro de 2023, quer ele próprio quer o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penso haviam aludido à nova Estrada Nacional que liga Melgaço e Monção e ao ponto negro, decorrente do traçado sinuoso, existente nas denominadas “Curvas de Penso”, conhecido pela sua elevada sinistralidade e perda de vidas humanas. Acrescentou que também nessa Assembleia havia feito uma referência à necessidade de prolongamento da A28, desde Vila Nova de Cerveira e ao menos até Ceivães, freguesia localizada próximo da confluência entre Monção e Melgaço, um projeto com mais de uma dúzia de anos. Mais referiu que em resposta às intervenções dos deputados, e referenciando tal projeto, o senhor Presidente da Câmara havia afirmado que a falta de execução dessa obra é lamentável e que está em cima da mesa a exigência de que essa ideia originária seja retomada, dando nota da possibilidade dessa realização. O deputado José Albano prosseguiu dizendo ter tido recentemente conhecimento de que, aquando das propostas feitas pelos partidos da oposição para o Orçamento Geral do Estado para 2024, os deputados do PSD haviam inscrito tal obra nas propostas de alteração que apresentaram ao Orçamento, na especialidade, mas que tal proposta havia sido chumbada pela maioria PS. Para finalizar, e afirmando tratar-se, no parecer dos deputados da bancada que representa, de uma obra estruturante, essencial para o concelho, imprescindível para incrementar as acessibilidades ao mesmo, à Zona Industrial de última geração de que se tem vindo a falar e à nova Zona Empresarial de Alvaredo, pediam ao senhor Presidente da Câmara que lhes confirmasse se, de facto, tal obra não foi inscrita no Orçamento de Estado para o próximo ano de 2024, por decisão da maioria do Partido Socialista no Parlamento português.

O segundo tema que o deputado José Albano Domingues referiu trazer à discussão prendeu-se com o estado da saúde no Alto Minho. Referiu, nesse particular, ser de todos conhecido o encerramento, há anos a esta parte, do Serviço de



Atendimento Permanente (“SAP”) no Centro de Saúde de Melgaço, em função do que todos os Melgacenses passaram a ter de se socorrer, em situações de aflição, do Serviço de Urgência do Centro de Saúde de Monção. Acrescentou que a situação por que passa o SNS a nível nacional, com greves dos médicos e enfermeiros, falta de condições de trabalho, e progressiva degradação, com encerramento de várias especialidades, tem sido notícia constante ao longo dos últimos anos. Frisou que, como bem diz o nosso povo, “com a saúde não se brinca”. Realçou que a população do Alto Minho tem sofrido uma crescente degradação das condições de acesso aos cuidados de saúde que ao Sistema Nacional de Saúde cabe assegurar, sucedendo-se, designadamente, o cancelamento de consultas, exames e cirurgias, agravando-se a falta de profissionais de saúde e agora até uma significativa deterioração da capacidade de resposta dos serviços de urgência do SNS. Lembrou, seguidamente, que desde o início do passado mês de novembro a situação se agravou com o encerramento do serviço de medicina interna da ULSAM, entre as 20:00 horas de sexta-feira e as 08:00 horas de segunda, em função do que deixamos de ter resposta em Viana do Castelo para situação de tão suma gravidade como um AVC ou uma pneumonia, tendo os doentes de ser transportados para Guimarães ou até mesmo para o Hospital de São João, no Porto, a quase 200 km de distância. Relembrou que, para cúmulo, foi anunciado que no primeiro fim-de-semana de dezembro o Serviço de Urgência Básica do Centro de Saúde de Monção deixaria de funcionar. Para finalizar esta sua intervenção o deputado José Albano, chamando à colação o cargo de Presidente da Câmara, mas também o de Presidente da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, perguntou o que é que concretamente está a ser feito para exigir a reposição dos serviços, básicos para uma população tão envelhecida e carente de cuidados de saúde, como é maioritariamente a de Melgaço, e cuja resolução não pode esperar. Perguntou, também, e finalmente, em que ponto se encontra a implementação do convénio, no âmbito do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT Rio Minho), no sentido da possibilidade de partilha de serviços de saúde com os cidadãos do outro lado da fronteira.

Foi concedida a palavra ao deputado Diogo Castro, que desejou boa noite a todos e cumprimentou a mesa da assembleia, o executivo da Câmara, os senhores vereadores, os colegas Presidentes de Junta, os demais deputados e público. Adiantou que vai ser uma intervenção rápida e traz três questões: obras que estão a



acontecer no concelho de Melgaço, nomeadamente a Zona Empresarial de Alvaredo, e pediu aqui um ponto de situação sobre a inauguração da mesma e, uma vez que está aberto o período de candidatura de empresas, questionou como é que está a correr e se realmente têm empresas interessadas em vir para Melgaço. Questionou ainda se, no futuro, vamos ter aqui grandes empresas e postos de trabalho para conseguirmos fixar gente, afirmando ser este o próximo grande desafio de Melgaço. Pediu um esclarecimento sobre a habitação, em Alvaredo. O período de discussão pública avançou e sabe que houve uma manifestação da parte da população de Alvaredo e, nesse sentido, pediu ao Senhor Presidente para fazer um ponto de situação. Acrescenta que deve ser feito ainda um esclarecimento sobre a rede de gás, uma vez que está a criar alguns problemas nas ruas de Melgaço, nomeadamente na estrada velha.

Acrescentou ainda, que o deputado António Domingues se esqueceu de referir uma grande festa que aconteceu em Melgaço, que foi a festa de S. Martinho de Alvaredo. Ele não teve a oportunidade de estar presente, mas quer destacar a festa e a presença da Presidente da Assembleia, bem como a presença de inúmeros jovens. Louva os organizadores/mordomos da festa de S. Martinho por terem conseguido dinamizar e envolver os jovens do nosso concelho. Conta que mais ou menos às duas horas da manhã parecia que tinham descarregado o autocarro cheio de jovens em Alvaredo e refere que devemos continuar a cativar esse público, envolvê-los e mostrar-lhes as festas das aldeias, que não são só para gente de idade mas também são para gente nova. Termina a sua intervenção deixando uma palavra de reconhecimento àquela comissão de festas.

Não havendo mais pedidos de intervenção dos deputados, a senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

O senhor Presidente da Câmara cumprimentou a senhora Presidente da Mesa, a mesa e todos os deputados presentes nesta Assembleia Municipal, vereadores, o executivo e público presente.

Começando pelas questões que foram colocadas pela deputada Aurora Soares relativamente à Rua Velha, responde que ou estamos com aquilo que é necessário

fazer, que é crescer, ou não estamos. Afirmou que o crescimento tem dores e a construção de uma obra tem dores e dificuldades, é natural. Esclareceu que esta situação foi conversada com a população da rua, que aceitou que se fizesse aquela intervenção e se condicionasse o trânsito na rua e, portanto, não foi à revelia da população. Foi com conversa com a população que se fez esta decisão e, respondendo à pergunta de uma forma rápida, este condicionalismo a que vai estar sujeita a rua, será um condicionalismo necessário à construção daquele prédio, sobretudo na parte da infraestrutura. Com certeza que depois da infraestrutura ser erguida, a grua já não precisará de estar presente e então, a partir daí, retirada a grua, poderá retirar o condicionalismo maior. Quanto ao parque de skate, continuam a trabalhar para que no princípio do ano de 2024, no primeiro trimestre, seja repostos. Esse compromisso ficou assumido. No que diz respeito ao polidesportivo, concorda que é um excelente polidesportivo, requalificado há dois anos sensivelmente, e que tem uma frequência enorme de jovens que querem ali praticar futebol ou qualquer outro tipo de modalidade. Portanto, seja de dia, seja de noite, tenderá a criar as condições para que as pessoas pratiquem desporto porque os equipamentos são para isso, para que as pessoas os utilizem e pratiquem desporto e as atividades que pretendam praticar nesse espaço público.

Avançou para as questões do deputado António Domingues e agradeceu o elogio feito à festa do Espumante. Foi realmente um desafio que, em 2015, se colocaram depois de uma conversa com os produtores, sobretudo alguns produtores que diziam que era muito importante que houvesse um evento na área do vinho, que não fosse a festa do Alvarinho. Em conversa com eles definiram a data, o momento, definiram o conceito e arrancaram com ele e crê ser um conceito absolutamente vencedor, que tem dado oportunidade aos nossos produtores, sejam de Melgaço ou Monção. Explica que o primeiro evento foi só com produtores de Melgaço por estarem numa época delicada, e, depois, alargaram imediatamente aos produtores de Monção. Neste momento, têm produtores de Monção que vêm para a festa, tendo sido uma excelente oportunidade para os produtores começarem a dar nota da qualidade de um produto que, na altura, ainda estava um bocadinho em fase de arranque. Alguns produtores já tinham uma experiência consistente, alguns já tinham produtos no mercado e outros estavam ainda numa fase de arranque. Felizmente a festa tem ajudado à consolidação do produto, à melhoria da qualidade dos produtos e à

disseminação dos mesmos, uma vez que hoje os produtores têm mais do que um espumante ou pelo menos uma boa parte deles, sendo que alguns têm uma quantidade considerável de espumante e, portanto, acha que a festa tem ajudado a afirmar este produto que a região tem e com qualidade. Deu nota daquilo que foi dito no discurso de abertura pela Presidente da CBRVV e que as contas estão feitas por baixo, uma vez que não têm em consideração tudo aquilo que se faz na região Monção-Melgaço, mas ela referiu, se não lhe falha a memória, que 36% do espumante produzido na região dos vinhos verdes era produzido na sub-região Monção-Melgaço. O Senhor Presidente teve a oportunidade de lhe dizer que o número seria bastante mais elevado pois crê que no número que ela apresentou só estariam os espumantes com marca e selo de Monção-Melgaço. Portanto, acredita termos muito mais espumante ainda a somar e, portanto, não estaremos nos 36%, mas sim próximos dos 50% de espumante produzido na região dos vinhos verdes, ou seja, a festa acompanhou o crescimento e acompanhou a qualificação dos nossos vinhos. Este percurso é para manter e esse é o compromisso do Município.

Passou a responder ao deputado José Albano. Referiu que começou a falar sozinho desta matéria, mas que fica muito contente por ao fim de quatro anos, quase cinco, o PSD ser o grande defensor desta questão que é o prolongamento da A28, até Monção e Melgaço. É ótimo perceber isso e espera que os partidos todos aproveitem a oportunidade de uma campanha eleitoral e de divulgação de programas eleitorais para o futuro, para posicionarem bem esta matéria porque ela é absolutamente crucial para o território. Recorda-se que em 2019, em campanha eleitoral para as legislativas, teve a oportunidade de dar nota, já com um pré-projeto custeado a meias entre Monção e Melgaço, de que era fundamental avançar com esta matéria. O projeto tem de ser levado a cabo, esta obra é sim ou sim. Espera que com esta obra de ampliação/seguimento de conclusão da A28, tal como foi concebida há quarenta anos atrás até Monção e Melgaço, seja possível realizar aquilo que foi uma ideia surgida de todo este trabalho, há cinco anos, que se fala da necessidade de uma nova ligação rodoviária a Espanha, por altura da construção da grande Zona Empresarial nas Neves. Espera que isso venha a acontecer e que essa ligação/esse entendimento com os nossos vizinhos galegos e com o governo espanhol aconteça, para que isto seja realidade no futuro. Prosseguiu dizendo que o deputado José Albano referiu que

não ficou em orçamento a realização da obra e ele afirma que sabe que não. A oposição tem sempre a vantagem de propor coisas que são difíceis de realizar e realça que sabe que não, que não está no orçamento para 2024, mas sabe que ficou uma indicação de que em 2024 se arranque com um projeto de realização desta infraestrutura. É absolutamente crucial que em 2024 se arranque com o projeto, porque sem projeto não se faz uma infraestrutura desta dimensão, portanto, é fundamental que o primeiro passo seja o projeto e sabe que isso foi defendido pelos deputados do PS para que isso possa acontecer.

Relativamente à questão da saúde, disse ao senhor deputado José Albano que todos estamos de acordo, que gostaríamos de ter um Sistema Nacional de Saúde a funcionar com mais saúde que aquela que neste momento tem. Enquanto Presidente de Câmara e enquanto Presidente de CIM, não tem feito outra coisa senão defender isso, e defende sobre dois prismas: primeiro, investimento nos equipamentos de saúde, que diz ser uma ambição que o conselho de administração da ULSAM manifestou não ter. Em 2021, quando assumiu a presidência da CIM, fez logo de imediato uma reunião com o mesmo e, nessa mesma reunião, percebeu que não havia ambição do ponto de vista de investimento. Numa altura em que tinham o PRR para fazer investimento, não havia qualquer ambição para fazer esse investimento ou se havia era uma coisa muito pequenina. O que fizeram foi: com a ULSAM, com a ASS e com a ERS, desenharam uma estrutura de trabalho que consistiu num primeiro protocolo de cooperação, assinado no ano passado, em agosto, que permitiu fazer projetos para todos os municípios. Projetos para os respetivos Centros de Saúde e todos os municípios do Alto Minho têm hoje projetos desenhados para requalificação e/ou ampliação ou construção de novos Centros de Saúde. Depois, também permitiu serem capazes de encontrar, no PRR, uma saída para investimento desses mesmos Centros de Saúde. Informou que já foi aberto um aviso que permite um investimento de 13 milhões no Alto Minho, na requalificação e ampliação de Centros de Saúde. Esse aviso vai ser republicado em janeiro. O aviso que foi publicado em meados de novembro, com candidaturas a 27 de dezembro, vai ser retirado e republicado em janeiro, para que possa incluir um outro conjunto de exigências que foram feitas pelos municípios. Essa foi então uma exigência: investimento nos cuidados de saúde primários, ou seja, os nossos Centros de Saúde. Informa que Melgaço tem 1,3 milhões de euros em PRR para intervir no Centro de Saúde. Considera esta uma boa conquista

da CIM. Um outro prisma é o de exigir ao conselho de administração da ULSAM uma visão diferente da forma como a saúde é praticada no nosso distrito: com a aproximação dos serviços de saúde às populações; com o retirar necessidade de deslocação, não na totalidade, mas boa parte das deslocações que as pessoas são obrigadas a fazer para irem a Viana do Castelo ter uma consulta de especialidade; uma outra resposta de saúde para a qual não seja exigido o internamento hospitalar. Adiantou que estão a exigir isso e julga que há abertura deste conselho de administração para que alguma coisa se faça nessa matéria. No entanto, a outra exigência que tem feito, e espera que, a breve trache, com os resultados, seja reconstituído o conselho de administração da ULSAM, com gente nova, com outra capacidade de trabalho, com outra visão, com outra garra para que este trabalho, quer o de investimento, quer o de gestão da saúde no território, seja mais ambicioso e porventura também ambiciosa a necessidade e capacidade de gerar projetos para uma requalificação profunda do nosso hospital central de Viana do Castelo, que tem mais de quarenta anos e está a precisar de obras, ampliações, investimento profundo e este conselho de administração não tem tido ambição para o fazer. Defendeu que estão aqui a trabalhar de forma consistente nesta matéria, atentos àquilo que são os problemas que vão surgindo. Disse que o deputado José Albano mencionou que no primeiro fim-de-semana de dezembro a Sub de Monção esteve fechada e isso não é verdade. Foi anunciado que fecharia e o senhor Presidente, que ia a caminho de Lisboa, fez inversão de marcha para que, nesse dia, fizesse uma conferência de imprensa, no navio Gil Eanes, de forma simbólica, uma vez que é um navio hospital. A verdade é que, com o trabalho articulado entre os municípios e a CIM do Alto Minho, conseguiu-se a reversão dessa situação e a Sub manteve-se aberta até agora, em contínuo, como é suposto a Sub estar. Sobre saúde já disse tudo, mas se houver mais alguma coisa pede, por favor, para o avisarem caso não tenha respondido.

Avançou para as questões do deputado Diogo Castro. Quanto à Zona Empresarial de Alvaredo, diz que está completamente concluída a primeira fase e pronta para ser inaugurada. Julga terem oportunidade de fazer essa inauguração formal em princípios de janeiro, portanto, já no princípio do ano de 2024 teremos a inauguração. Mais importante que a inauguração, é a receção de candidaturas porque abrimos o trimestre das candidaturas à ocupação da Zona Empresarial. Não adianta se tem uma, duas ou três candidaturas para a Zona Empresarial e, portanto, no

Bárbara Lima



princípio de janeiro, porventura até na data da inauguração, já deverá aproveitar para dar nota de como estão relativamente a essa matéria. Quanto à habitação, diz que estão a trabalhar intensamente, não só com a questão da habitação de Alvaredo. Tiveram a oportunidade de ter cá a Senhora Ministra da Habitação na altura da abertura da Festa do Espumante e de lhe mostrar que a primeira fase de reabilitação das casas de habitação social estava concluída e seis casas estavam completamente revisitadas. Uma segunda fase de intervenção nas outras casas sociais, que julga serem oito na segunda fase, se a memória não lhe falha, está neste momento a ser feita. A segunda fase está a acontecer já neste momento para que fiquem com praticamente todas as casas de habitação social requalificadas. Também já estão com obra nos beneficiários diretos, ou seja, as pessoas que são proprietárias das suas casas e que não tem condições de habitabilidade, entraram na estratégia local de habitação e no primeiro direito e já estão a ser intervencionadas muitas dessas casas. Portanto, estão a trabalhar nessa matéria e hoje traz uma revisão da estratégia para dar nota de mais ambição, ou seja, incluir um conjunto de outras casas de beneficiários diretos que, inicialmente, não estavam incluídas na estratégia local de habitação para serem sujeitas a obra, com mediação da Câmara. Foi também uma situação inovadora encontrar uma figura com o IHRU, que permita à Câmara Municipal ter técnicos que acompanhem todos esses processos, acompanhem as pessoas que não têm capacidade para fazer o registo da sua propriedade e a escritura da mesma, acompanhem as pessoas a encontrar alguém que faça projeto para se fazer a intervenção, acompanhem as pessoas para que possam encontrar um empreiteiro que faça a obra e, até depois, acompanhar as pessoas em todo o processo de obra, pagamento da empreitada, etc. Acrescenta que fizeram esse trabalho e construíram essa solução inovadora que no país ainda ninguém a tinha feito e hoje já estão muitos outros municípios a copiar essa mesma estrutura e estamos a acompanhar essa intervenção nos beneficiários diretos. Uma outra coisa que virá também na revisão da estratégia é o facto de estarem, neste momento, em condições de aquisição de uma casa devoluta, na Vila de Melgaço. Esta aquisição serve para responder a gente que não tem alojamento e precisa desse mesmo alojamento social, com a adaptação dessa casa e construção de, julga serem oito pequenos apartamentos, que permitam o alojamento na Vila. Portanto, reforçou que estão a trabalhar nesse sentido.

No que diz respeito à habitação em Alvaredo, tiveram oportunidade de fazer o loteamento, discussão, a gestão de movimento àquilo que eram, por um lado, as necessidades e, por outro lado, os pareceres da população. Explica que se tratam de trinta e sete habitações, em Alvaredo e que, neste momento, resta-lhes que o IHRU faça a escritura do terreno, no princípio do ano. Depois, o projeto e a construção dessa mesma habitação deverão acontecer durante os anos 2024 e 2025, já que também estamos a falar de financiamento de PRR, que tem prazo de execução para ser utilizado.

Avançou para a questão de rede de gás natural, que diz continuar a ser esticada. Ela foi colocada no centro da Vila, na zona mais urbana do território e, entretanto, está a esticar para muitas outras zonas. Portanto, as nossas vias estão a ser rasgadas para colocar essa rede de gás e a Câmara Municipal está a aproveitar, em articulação com a empresa que está a colocar a rede de gás, para requalificar a rede de abastecimento de água, aproveitando a rutura e abertura das vias. É um trabalho que leva tempo, sendo feito de forma continuada, que causa algum estorvo no momento da obra porque não se pode pavimentar de imediato a vala. Explica que ela tem de ficar algum tempo a recalcar para que depois possa ser pavimentada. Há ali um período de algum desgaste, de algum desconforto. Depois, há uma pavimentação provisória que tem sido feita na vala e, finalmente, é feita, mais tarde, a pavimentação definitiva. Pede aos cidadãos a compreensão necessária para este trabalho, que também é importante para ficarmos com uma rede de gás nesta parte do Município, sendo importante esta oferta de gás natural para as nossas casas e para as nossas empresas.

Quanto às festas, quer saudar as festas realizadas, em especial a Festa Do Espumante e parabeniza também as festas de S. Martinho. Parabeniza também Alvaredo por estar a ser impulsor de festas de qualidade e pelo facto de trazer um grande concerto, amanhã. Termina a sua intervenção a endereçar convite do concerto de amanhã para todos aqueles que estejam interessados e informa que será realizado com a Junta de Freguesia a alinhar nessa iniciativa e que vai acontecer na Adegas Quintas de Melgaço.

Assunto n.º2	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal
-------------------------	---

A senhora Presidente da Mesa informa que senhor Presidente da Câmara encaminhou à mesa a informação sobre a Atividade Municipal e que a mesma foi reencaminhada a todos os deputados. Questiona se o senhor Presidente deseja acrescentar mais alguma coisa ao documento que foi enviado aos senhores deputados, ao que ele responde que não e agradece. Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Assunto n.º3	Análise e deliberação da proposta de redução em 50% do valor das taxas devidas pela ocupação dos lugares da feira semanal e do mercado municipal, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024.
-------------------------	--

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o tema.

O senhor Presidente começa por dizer que será breve. Explica que durante o período da pandemia não cobraram qualquer taxa de ocupação da feira aos feirantes e agora acham que é hora de retomar. Ainda não retomaram, tendo retomado apenas com 50% dessa taxa e é isso que trazem aqui.

Termina a sua intervenção e a senhora Presidente de Mesa concede a palavra ao deputado José Albano.

Neste ponto da ordem de trabalho o deputado José Albano Domingues afirmou que esta sua intervenção é motivada pela necessidade de sensibilizar o executivo PS nesta matéria, e por ser, de facto, imperioso implementar medidas de estímulo à atividade económica no concelho de Melgaço, por, mais do que frágil, estar mesmo moribunda. Disse que tal necessidade apenas acontece porque Melgaço deixou de

ser apelativo para o comerciante, que não encontra aqui o mercado de que necessita para rentabilizar a sua atividade e escoar o seu produto. Complementou que é um facto o de que os feirantes têm custos com deslocações, combustíveis, portagens, alimentação, entre outros, tal-qualmente os têm um qualquer comerciante na Vila de Melgaço, quem tenha uma porta aberta, designadamente com rendas, eletricidade, água, resíduos sólidos e saneamento, contribuições e taxas de vária ordem, mas custos esses que seriam facilmente diluídos se houvesse clientes e houvesse vendas. Prosseguiu a sua intervenção dizendo verificar que há feiras noutras concelhos que se mantêm pujantes e registam até crescimento, dando como exemplos as de Monção, Valença e Vila Nova de Cerveira, ao passo que por Melgaço são cada vez mais as clareiras no campo da feira, o que os deixa entristecidos, e tendo de convir que não fossem os clientes espanhóis que cá continuam a aceder e certamente o desânimo seria ainda maior, mas que se os outros conseguem manter essa vivacidade das feiras e até crescer nós também temos de o conseguir. Finalizou dizendo concordarem com a proposta em discussão, que iriam votar favoravelmente, mas pedindo que outros apoios sejam estudados, em ordem a que os feirantes não deixem de aparecer, e a feira não acabe, até porque cria sinergias a nível económico, levando a que quem vem à feira, mesmo de fora, acabe por também comprar no comércio local.

Terminada a intervenção do deputado José Albano, a senhora Presidente da Mesa passa a palavra ao Presidente, que afirma que basicamente estão de acordo em relação àquilo que é a medida que tomou. Estão apenas em desacordo em relação a uma declaração que o senhor deputado José Albano fez, que é o facto de dizer que as outras feiras do Alto Minho estão pujantes. Não sabe onde é que o senhor deputado consegue ver a pujança das outras feiras do Alto Minho, com exceção de Vila Nova de Cerveira, sendo essa uma feira de grande referência. De Viana do Castelo até Monção, não há nenhuma delas que esteja pujante neste momento. Todas elas estão a encolher, é um fenómeno que está a acontecer neste tipo de mercado. Não sabe se está relacionado com os tempos ou com dinâmicas próprias que vão acontecendo nos territórios e com certeza com outra oferta do ponto de vista de oferta de produtos, que leva a que as feiras comecem a retrair. Não especificando nenhuma, diz que conhece bem uma boa parte das feiras do nosso território e sabe como estão todas elas a encolher. Não é Melgaço que está a encolher do ponto de vista de feiras, estão todas

elas, com exceção de Vila Nova de Cerveira, que é a exceção das exceções por acontecer num sábado e por ter características muito próprias e que realmente tem um público muito específico, desde espanhóis a portugueses. Relativamente aos comerciantes, todos nos preocupamos e, por isso mesmo, traz hoje uma outra medida que tem que ver com os comerciantes. Informa que vão isentar, mais um ano, toda a ocupação do espaço público para os comerciantes do nosso território, sejam restaurantes, bares ou outro tipo de comércio. Portanto, defende que têm essa atenção e que terão a continuidade dessa medida para os comerciantes locais. É disso que falam, é isso que estão a fazer e, portanto, afirma que concordam em parte e discordam, digamos, numa análise relativamente a esta questão das feiras.

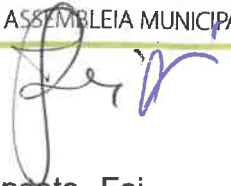
Não havendo mais pedidos de intervenção, colocamos o assunto à votação. Foi aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a senhora Presidente da Mesa propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º4	Análise e deliberação da proposta de desafetação do domínio público de parcelas de terreno da Zona Industrial de Penso.
-------------------------------	--

A senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o tema.

O senhor Presidente da Câmara começa por dizer que julga que o documento que foi entregue a todos os senhores deputados é elucidativo e clarifica de forma muito fácil aquilo de que está a falar. Julga que as duas parcelas, uma em que está a empresa do Soalheiro e a outra onde está Anselmo Mendes, tem ali umas pequenas parcelas que são zona verde do loteamento, as quais não tem qualquer utilização. Foi solicitado pelos industriais a intenção de expandirem ligeiramente as áreas dos seus lotes, portanto, aquilo que trazem cá é a desafetação destas zonas do domínio público municipal para o domínio privado municipal e, assim, ser possível vender estas duas pequenas parcelas para que se dê lugar ao alargamento das indústrias ali colocadas.



Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º5	Análise e deliberação da proposta de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Peso.
-------------------------	--

A senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o tema.

O senhor Presidente explica que a área de reabilitação urbana do Peso já se encontrava definida e convenientemente aprovada. Contudo, foi demonstrada intenção de empresários da zona em concretizarem operações para as quais há conveniência de proceder ao alargamento da zona de reabilitação, favorecendo, desta forma, o investimento privado.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º6	Análise e deliberação da proposta de isenção do pagamento da taxa anual aplicável às ocupações do espaço público previstas na alínea a) e b) do nº1 do artigo 2º do Regulamento Municipal de Ocupação do Domínio Público.
-------------------------	--

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º7	Análise e deliberação da proposta de alteração do Regulamento do Apoio Financeiro aos Produtores Pecuários.
-------------------------	--

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o tema.

O senhor presidente diz que há um ano atrás estávamos nesta Assembleia a aprovar este regulamento de apoio aos produtores pecuários. Na altura, depois de conversa com os produtores e também de ter tido uma relação estreita com o NUTRIR que os ajudou a construir o respetivo alargamento, acharam que fazia sentido o apoio aos produtores de bovinos, aos produtores de caprinos e ovinos. Houve movimentação da parte dos produtores de suínos para que o apoio fosse estendido também a essa área de produção e é exatamente isso que trazem hoje. É o alargamento deste apoio, que teve muita procura ao longo deste ano.

Na sua intervenção neste ponto da ordem de trabalhos o deputado José Albano referiu que já em anteriores intervenções na Assembleia haviam dado nota do seu acordo aos apoios aos produtores locais no campo pecuário, assinalando até as propostas nesse sentido da parte dos Vereadores eleitos pelo PSD, frisando que a produção pecuária é uma das maiores potencialidades e riquezas do nosso concelho, não apenas em função da visibilidade que os certames locais lhe dão, mas estando intrinsecamente ligada à sua história, economia, gastronomia e até cultura, pelo que deve ser preservada e se possível incrementada. Referiu que, a seu ver, a não inclusão da raça suína no Regulamento inicialmente elaborado era uma falha, assim como lhes parecia uma falta grave nele não se incluírem, também, os animais da raça cavalariça, apontando ser indesmentível que, registadas as explorações ou não, existem dezenas de animais desta raça espalhados pelos nossos montes, o que em muito contribui para o embelezamento da paisagem, a biodiversidade e até o turismo, pelo que disse esperarem que se não for nesta numa próxima revisão se não deixe a raça cavalariça de fora dos apoios aos produtores. Finalizou deixando uma nota de louvor aos técnicos municipais pela forma como o assunto em discussão foi apresentado, dando

realce às normas e aos diversos pontos que constituem alteração ou inovação no Regulamento, o que permite perceber mais facilmente o que se está a discutir e a votar, e o que, de resto, responde positivamente a uma sugestão que, nesse sentido, o próprio havia feito em anterior Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção a dar a boas festas a todos. Depois começou por referir que ainda não consideram a raça cavalariça. Não tem nada contra os respetivos animais, achando-os até interessantes, mas diz que essa questão tem que ser muito bem equacionada porque há anos atrás tiveram que fazer exatamente o exercício contrário, ou seja, um controlo da quantidade de cavalos que tínhamos no território. Estavam a acontecer situações complicadas do ponto de vista da segurança. Este controlo aconteceu há mais ou menos quatro anos e tiveram de prender os cavalos para perceber se tinham ou não tinham dono, isto é, perceber se estavam ou não estavam identificados com chip. Se os identificassem, chamavam os donos para perceber exatamente em que condições é que eles estavam a circular na via. Os que não estavam identificados foram sujeitos a abate, para que pudessem controlar um bocadinho a quantidade de animais que estão no território e as situações de insegurança também. Portanto, ampliar essa situação não é tão linear assim ao ponto de fazer sentido um apoio à criação da raça cavalariça.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa colocou o assunto a votação. Foi aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º8	Análise e deliberação da proposta de majoração da taxa aplicada aos prédios urbanos degradados para o ano 2023.
-------------------------	--

A senhora presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que apenas disse que o documento é todos os anos exatamente o mesmo, tendo apenas uma atualização desta lista.

Solicitou a palavra e sendo-lhe concedida, o deputado Francisco Reis Lima começou por cumprimentar a Presidente da Mesa e membros, os senhores vereadores, os seus colegas deputados e membros do público.

Referiu que os documentos não foram enviados com tempo necessário para uma análise mais cuidada. Relativamente ao tema em discussão, perante esta proposta, por princípio, seria a favor de medidas que incentivam a recuperação de património urbano degradado, que concedem, especialmente nas áreas urbanas do concelho, algum aspeto que todos nós preferíamos que não acontecesse. Porém, cumpre registar que esta medida, ao fim destes anos, tem redundado, principalmente, em mega penalização dos proprietários. Como demonstra o crescimento contínuo do número de imóveis abrangidos na lista e que, mesmo sem ter comparado, especialmente os anos anteriores, consta que, pelo menos, entre o ano passado e este ano há um aumento, um único desaparecimento da lista e, por coincidência, o desaparecimento acontece pela junção de dois artigos urbanos num único. Conclui que, pelo menos entre o ano passado e este ano, não houve qualquer resultado de avaliação desta medida. Aliás, sem querer entrar já no ponto seguinte da ordem de trabalhos, o documento do PDSS assinala exatamente o que acabou de referir, na página 13. Começamos com a medida em 2008, com 54 prédios identificados e, em 2023, vamos em 383. Posto isto, não consegue identificar as razões para um contínuo crescimento dos prédios envolvidos, quando isto é uma medida que devia ter um resultado positivo de desincentivar a existência destes prédios degradados. Perante este crescimento, a posição deles é crítica no sentido de perceber o que acontece e o que mais se pode fazer para cumprir o objetivo que esta medida tem. Reconhece alguns indícios que nos levam a perceber porque é que estes prédios têm constantemente aumentado em número. Menciona ainda que pretende que se refira alguma informação que seja essencial em próximas sessões e que a mesma seja investigada e assinalada. Explica que olhando para a lista, dá para perceber que na maior parte dos casos a propriedade está dividida por “n” titulares, o que nos permite mais ou menos depreender que serão, se calhar, heranças divididas e cuja resolução está encravada. Se for essa a razão, questiona se o mero agravamento do IMI será suficiente para resolver a situação. Também não sabemos se em alguns casos há proprietários que estão simplesmente ausentes, nomeadamente emigrantes, que não acompanham a situação dos bens e, por isso, podemos estar aqui a penalizar

inocuaente. Não sabemos pela leitura do documento se os proprietários não respondem a este estímulo negativo por falta de meios financeiros porque se assim for, se calhar, agravando a despesa para com o IMI, ainda mais se dificulta a situação dado que vão ter que pagar o imposto e, portanto, ainda menos têm para recuperar esses imóveis. Acrescentou que não sabemos se a recuperação dos imóveis, nomeadamente aqueles que estão de fora da Vila, tem uma viabilidade financeira. Questiona o porquê de as pessoas não os recuperarem e que se calhar as pessoas não os recuperam por ser um investimento que não tem retorno e, portanto, não o vão fazer. Diz que não se defere sequer o valor patrimonial destes imóveis, portanto, qual é o IMI que neste momento pagam, para se saber qual é o impacto desta medida. Estão a falar de uma medida que, se calhar, num imóvel num outro ponto do concelho paga 100 euros de IMI, agravando-se o IMI passa para 130 euros e não é por aí que o resultado se torne eficaz, com a agravante de não sabermos se este agravamento é cumprido. Tem que se fazer esta cobrança, mas nós não sabemos se esta cobrança é efetivamente realizada. Sendo a medida, em princípio, uma medida com uma motivação/justificação final perfeitamente válida, pensamos que, neste momento, está a ser praticada ano após ano sem termos resultados e sem sabermos o que é que podemos fazer para melhorar esses resultados. Uma coisa é certa: se os proprietários não estão a reagir à penalização aumentando a taxa de recuperação destes imóveis, não é porque apreciam pagar este decimal e contribuir para a recuperação financeira do município. Defende que temos de compreender que há outras razões por trás e que esta estratégia deve, no futuro, ser reformulada para ser mais eficaz. Em conclusão, independentemente de entenderem que esta medida tem um bom princípio, entendem que no futuro poderão ser aprofundadas as razões pelas quais não está a ser totalmente eficaz e que deve ser buscada mais informação, nomeadamente dentro destas linhas que lhe vieram à mente. Devemos criar outras medidas, não só de penalização, mas também de incentivo a que os melgacenses possam resolver este problema que ninguém gosta de ver.

Antes de passar a palavra, a senhora Presidente de Mesa recorda que teve o cuidado enviar toda a documentação no dia 15, ou seja, oito dias antes desta reunião, para que os senhores deputados tivessem tempo de analisar. De seguida, cede a palavra ao senhor deputado José Albano.

No uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos o deputado José Albano Domingues começou por assinalar que a sua intervenção se destinava a complementar a feita previamente pelo seu Colega, deputado Francisco Reis Lima, e que era conhecido o posicionamento da sua Bancada nesta matéria, afirmando que quando há anos atrás se haviam deparado com esta proposta de majoração tinham dado o benefício da dúvida ao Executivo, quanto à possibilidade de esta medida poder vir a contribuir para a reabilitação do parque urbano no concelho de Melgaço, esperança que, todavia, com o passar dos anos, foram perdendo. Acrescentou que se uma tal medida se veio a revelar um erro persistir nela se tornou um erro maior ainda. Disse, depois, ser factual, tendo presente a realidade crua dos números, que a medida proposta não tem contribuído, positivamente, para a reabilitação do parque habitacional no concelho, assinalando, para se estabelecer um termo comparativo, que de 2021 para 2022 os prédios constantes daquela que adjectivou de "lista negra" aumentaram em número de 18 (apenas tendo saído 2), ao passo que neste ano de 2023 saiu apenas um prédio da lista dos degradados, mas subtração que, segundo consta da informação que lhes foi distribuída, resultou da simples junção de dois artigos urbanos num único, ou seja, à partida sem que tal redução passasse pela reabilitação, tendo, em contrapartida, entrado 30, com um saldo ou resultado negativo, pois, de 29 prédios. Mais assinalou que do ano de 2008 para o de 2023 o número de prédios na lista registou uma subida de 709,25%. Destacou ainda que, como da dita lista melhor resulta, a maior parte dos imóveis pertencem ou integram heranças ilíquidas e indivisas, o que facilmente explica o porquê de ainda não terem sido reabilitados, e tal porquanto nenhum herdeiro se disponibilizará para assumir a reconstrução de imóveis sem saber se os mesmos lhe irão ser ou não adjudicados em partilhas. Disse, depois, que a prova de que esta medida não surte efeito útil está na evidência de que o Município de Melgaço também da dita lista negra continua a fazer parte, ano após ano. O senhor deputado finalizou esta sua intervenção deixando uma proposta, para que não digam que se ficam pela crítica, questionando porque não aproveitar os financiamentos e apoios existentes no âmbito da Estratégia Local de Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência e/ou dos protocolos celebrados com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), chamando os proprietários para o processo, e com eles, conjugada ou articuladamente, promover a

Bárbara Lima

reabilitação destes edifícios com custos apoiados ou subsidiados ou adquirindo tais prédios para esse efeito.

O senhor Presidente tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas. Deu, em primeiro lugar, uma nota sobre a construção da lista. Confirma que realmente, em 2008, começaram com 54 prédios nessa lista. É claro que numa lista destas, se pudesse logo no primeiro ano ter presente todo o universo de prédios degradados, seria excelente. Não é essa a realidade e, portanto, a lista começou com uma primeira aproximação e, depois, foi crescendo com a aproximação que vai sendo feita todos os anos e com a capacidade de introduzir novos prédios, uma vez que se vão reportando novas situações e daí o crescimento. Este não tem nada a ver com o aumento do número de prédios degradados, mas sim com o conhecimento dessa mesma realidade e introdução desses prédios. Depois, a questão da bondade ou não desta medida. Acredita que per si esta medida não seja a resolução de todos os problemas para a reabilitação de tudo aquilo que temos degradado no nosso município. Remete para o documento que vem a seguir, exatamente por terem tido a oportunidade de criar um conjunto de incentivos fiscais, reais, e convida a que verifiquem se nos municípios vizinhos existe um conjunto de incentivos fiscais reais para a reabilitação que permita ter um conforto grande para quem quiser reabilitar. Reabilitar porque o edifício é seu ou reabilitar porque adquiriu o prédio para o reabilitar para fins habitacionais ou para fins de turismo. Isso está absolutamente claro no PDSS e no apoio à reabilitação.

Acrescentou que se a atualização anual que fazem não traduz uma grande saída de prédios, significa que muitos desses prédios que estão na lista, neste momento, já estão a ser objeto de intervenção/já estão a ser reabilitados. Lembra o que está a acontecer em muitos pontos do nosso território e, de uma forma muito especial, o que está a acontecer em Castro Laboreiro. Ainda há pouco receberam um projeto de reabilitação de 7 habitações em Castro Laboreiro, com qualidade. Sabe que no mesmo lugar, um conjunto de outros edifícios já foram comprados para serem reabilitados. Nenhum deles saiu, mantendo-se na lista, porque só quando tiverem licença de utilização é que sairão. Portanto, ao ser adquirido, está em processo de construção de projeto, está em processo de construção da obra e, depois de tudo isso, terá a sua licença de utilização. Só nesse momento sai da lista. Sabemos quantos edifícios estão neste momento a ser recuperados e porventura, alguns deles estarão

Balsava Uma


ainda presentes nessa lista. O balanço da lista, tal como o podemos observar, não traduz a realidade que no terreno está a acontecer. Referindo-se ao senhor deputado José Albano, que fala do alargamento a todos estes edifícios e prédios à medida da estratégia local de habitação do primeiro direito, diz-lhe que só mesmo um desconhecimento daquilo que é a estrutura de financiamento do primeiro direito o pode levar a dizer isso porque o primeiro direito permite e, está a fazê-lo, que haja financiamento para intervenção em situações de extrema carência social. Nós não podemos nunca utilizar o primeiro direito para reabilitar um prédio que é uma habitação de alguém que tem a sua própria habitação e que tem mais uma ou duas habitações a necessitar de reabilitação. Isso não cabe na estrutura de financiamento do primeiro direito e, portanto, por aí não conseguem de todo fazer qualquer tipo de intervenção nesse conjunto de património que não está reabilitado e precisa dessa reabilitação. No entanto, volta a frisar que têm esta medida, digamos, com um carisma penalizador, mas, por outro lado, têm medidas positivas do ponto de vista fiscal para que a reabilitação aconteça efetivamente e está a acontecer no nosso território. Como já disse, isso ainda não está devidamente traduzido nessa lista porque só no final, com a respetiva licença de utilização é que isso acontecerá.

Volta a intervir o deputado José Albano que começa por dizer que o senhor Presidente diz que não tem cabimento acolher em vários planos, seja o primeiro direito, a estratégia local de habitação, o PRR, o IHRU. Este crê haver sempre uma forma. Se assim não fosse, e como o senhor presidente referiu e eles têm nota escrita disso, não seria possível a aquisição deste edifício pela Câmara, para construção de oito ou nove, crê serem até nove espaços para habitação de pessoas carenciadas, num prédio privado, que deixa de ser privado. Há sempre solução para isto.

O senhor Presidente responde que só prova aquilo que acabou de dizer. Vão adquirir o prédio para construir oito apartamentos para pessoas concretas, que precisam dessa habitação.

O senhor deputado José Albano diz que os 383 prédios podem entrar nisso, se houver vontade. O senhor Presidente diz não discutir mais o assunto.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por maioria, com 9 votos contra do grupo parlamentar do PSD, com declarações de voto de ambas as bancadas parlamentares.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º9	Análise e deliberação da proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2024.
-------------------------	--

O senhor Presidente crê estar perante um documento que é apresentado todos os anos e não tem nenhuma alteração substancial e, portanto, não faz sentido estar a fazer apresentações.

No uso da palavra o deputado José Albano Domingues salientou que o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário que lhes é apresentado procura ser transversal às diversas áreas em que se estrutura a vivência quotidiana de todos nós, que o Plano tem apoios importantes mas a seu ver claramente insuficientes, e que pelo histórico que o mesmo retrata em nada tem contribuído para os objetivos da fixação da população e do seu rejuvenescimento, salientando não incluir na sua análise o fenómeno da imigração, por ser conjuntural e transversal ao todo nacional. Aludiu, seguidamente, à necessidade de reforço dos apoios, atendendo à conjuntura social e económica atualmente vivenciada, fruto do aumento do custo das matérias-primas e da energia, da subida vertiginosa das taxas de juro e da inflação galopante, com a conseqüente perda de poder de compra. Realçou que o Plano retrata números, de apoios, que vem decrescendo desde o ano de 2008 até ao corrente, destacando os incentivos à natalidade, que diminuíram de 31.500,00 €uros em 2008 para 13.000,00 €uros, em 2023, tendo, de resto, 2023 sido o segundo ano com menor número de apoios e de valor mais reduzido (apenas atrás do de 2021), quase 2,5 vezes atrás do de 2008; os apoios no domínio dos bens de primeira necessidade, onde o ano de 2023 foi também o segundo mais baixo em termos de número e de valor (apenas atrás do de 2021); dos apoios ao nível da saúde, em que 2023 iguala o segundo pior registo, que é o de 2019, com a insignificante quantia de 200,00 €uros;

o particular do arrendamento/crédito à habitação, onde temos, em 2023, o total de 665,92 €uros, um montante sem expressão, particularmente se se atentar que concerne a uma área que é crucial para as famílias, desde há tempos tão badalada e onde têm sido demonstradas tantas carências; o domínio da atribuição de auxílios económicos, frisando que para os deputados da sua Bancada a aposta na educação é uma garantia de futuro, onde o total do ano escolar de 2022/2023 regista o valor de 2.720,00 €uros, o pior ano em número de apoios, com um decréscimo de quase 52%, para menos de metade, do que no ano escolar de 2009/2010; e o particular dos apoios a casais jovens, onde se constata mais um ano (em 2023) com zero apoios, tendo esta medida, no total, apenas quatro apoios (à razão de um por ano, nos quatro anos em que os houve) no global dos quinze anos de vigência da medida. Prosseguiu particularizando as tarifas reduzidas da água, mormente para famílias numerosas e bombeiros, mas realçando que não se deve esquecer que ainda recentemente o executivo municipal do partido Socialista aprovou aumentos de 6,9% nas tarifas da água e de 30% nas dos resíduos sólidos, estando-se a falar de serviços e de necessidades básicas para a população, de que ninguém pode prescindir.

Mais referiu que contrariamente ao PS defendem a fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis no mínimo legal, de 0,30%, que apoiam a devolução aos Melgacenses, no todo ou em parte, da participação de 5% que o Município recebe no IRS dos residentes, tendo-se no ano de 2023 batido um recorde de receita fiscal cobrada a este nível aos Melgacenses e que seria importante lhes fosse devolvido, em ordem a fomentar o consumo e, com isso, a poderem os cidadãos e as famílias pagar as suas contas e a injetarem, através do consumo, no comércio local, contribuindo para o seu incremento. Finalizou a sua intervenção referindo também discordarem da majoração de 30% no IMI aplicável aos prédios degradados ou em estado de ruína.

O senhor Presidente tomou a palavra para responder às questões que foram colocadas. Começando pelo fim, dá nota de que sim, que há dois anos, se não lhe fala a memória, procuraram integrar no PDSS as medidas nacionais, não porque com essa inclusão estivessem a dizer que as medidas são nossas, mas porque acharam que o documento deveria ser suficientemente claro e abrangente, dando nota à população de todas as medidas que são locais e as que são nacionais, para que

pudessem ter esse conhecimento. Têm procurado ao longo dos últimos anos e no próximo ano o mesmo farão, no seguimento desta aprovação, de dar conhecimento à população daquilo que são as medidas mais importantes do PDSS para que as pessoas, sabendo delas, as possam utilizar quando têm necessidades. Referindo-se ao deputado José Albano, diz que este deu nota daquilo que considera ter sido uma má execução ou uma fraca execução das várias medidas. A isto, o senhor Presidente responde que, no fundo, o que procura fazer é dar a conhecer as diferentes medidas, procurando dar à população o conhecimento sobre os diferentes apoios, pois só assim, poderá o Município receber os consequentes pedidos. Dá nota de que este ano foi implementado um novo apoio, no âmbito da pecuária. Lançaram há um ano atrás, o apoio à pecuária e este teve uma procura muito interessante. Portanto, estão sempre disponíveis para apoiar a população quando estas medidas estão ativadas, pedidas e exigidas pela nossa população. É isso que fazem com os critérios estabelecidos nos regulamentos. Sempre que alguém lhes bate à porta para que seja ativada alguma medida, estão disponíveis para atender e responder positivamente, dentro dos critérios que estão estabelecidos. Dá nota, para além das medidas que estão no PDSS, de um ou outro conjunto de questões, referindo o aumento que este ano já foi aprovado relativo aos resíduos sólidos e à água. Diz ao senhor deputado José Albano que cada um de nós gostaria, quando se está no exercício de cargos públicos, retirar despesa aos cidadãos, mas isso nem sempre é possível. Não podem transferir para a autarquia a despesa que a autarquia não consegue suportar e a verdade é que tiveram de fazer uma atualização da tarifa relacionada com a água porque a despesa do sistema exigiu que o fizessem para poderem ter uma cobertura de pelo menos 90% da despesa do sistema e, com esta cobertura, confirmada perante a ERSAR, temos condições para ser financiados, no caso de haver financiamento para intervir na reabilitação ou na resolução de situações que ainda têm de fazer nos nossos sistemas. Quando fala em resíduos sólidos, quer dar nota de que há quatro anos atrás, pagavam por tonelada de lixo que entra no sistema 12 euros e, no próximo ano, vão pagar por tonelada de lixo que entre no sistema 100 euros. É esta a realidade com que os municípios são confrontados e, perante isto, os municípios têm de alterar a tarifa para serem capazes de sustentar o serviço, caso contrário seria impossível de o sustentar. Esta matéria já tem sido amplamente discutida na reunião de Câmara, é amplamente discutida também na assembleia, já desafiou os senhores deputados e a

Barbara Lisa


senhora Presidente de Mesa e os membros do executivo para, num momento em que tenham disponibilidade, fazer uma visita à Valorminho e perceberem como funciona o sistema de recolha de resíduos sólidos entenderem aquilo que é a componente de despesa que os resíduos sólidos têm e perceberem também aquilo que é o trabalho que têm de fazer de sensibilização da nossa população para que faça a reciclagem e a separação de resíduos de forma séria. Se todos nós fossemos capazes de fazer uma verdadeira separação de resíduos e entregasse essa separação no ecoponto, poderíamos resolver em boa parte esta despesa, ou seja, em vez de entregarmos, por ex 2.000 toneladas de resíduos, estaríamos a entregar metade disso. Se quiserem saber valores mais concretos, vereadora a Fátima Sousa poderá dar essa informação. Continuando, se estivessem a entregar metade disso, estariam a reduzir a despesa do município de forma absolutamente considerável, mas não há, ainda, a atitude cívica de cada um de nós em fazer essa separação de forma séria e todos nós sabemos disso. Quando vamos levar o produto que separamos ao ecoponto e abrimos o ecoponto verde, vemos lá um eletrodoméstico, como já aconteceu junto de casa do senhor presidente. Defende que o que têm de fazer é sensibilizar e lança novamente o desafio de se fazer uma visita ao sistema para percebermos a realidade e perceber aquilo com que estão efetivamente a lutar. Não concorda com esta realidade, quer com a questão da tarifa quer com a questão da taxa que têm de pagar depois ao Estado. Quando era intermunicipal, ele era rentável com uma taxa de entrega muito baixa. Quando o serviço da Valorminho foi privatizado, havia em caixa 6 milhões de euros porque o serviço era rentável e hoje o discurso é que é altamente deficitário e, por isso, sobem as tarifas de forma astronómica. Defende haver coisas que podem e devem ser privatizadas e reconhece que os privados têm um papel importante, mas em relação a esta matéria, defende que é uma área que os privados não devem estar presentes e deve claramente ser feita uma gestão pública de forma a garantir qualidade e preço razoável nesta matéria. É difícil perceber como é que em seis ou sete anos se passa de 12 euros para 100 euros quando entregamos uma tonelada de lixo no nosso sistema. Isto foi só para dar nota de que teve de fazer ajustes, senão a Câmara ia à falência e não é o intuito de cada um de nós. O intuito é servir cada vez melhor os nossos municípios.


Quanto ao IMI, ele subiu do ponto de vista do valor que recebem, mas não significa que tenha sido aumentado pela Câmara. A Câmara Municipal tem o IMI a

0.32 há muitos anos senão se engana, desde 2008, pelo menos. O que se passa tem a ver com as reavaliações que estão a ser feitas, entretanto e que, estando a posicionar o valor dos prédios noutra maneira, fizeram com que o IMI também subisse. Dizer que entre 0.32 e 0.30 faria uma grande diferença é uma ideia em que ele não acredita e por isso mesmo vai manter esse valor. Avisa que não lhe parece também que a devolução de IRS tivesse uma diferença tão grande no comércio local, caso tragam essa conversa para o assunto do orçamento. O discurso de que o comércio local está a morrer ou permanentemente a morrer está sempre presente e ele acredita que o comércio local passe por dificuldades, sobretudo algum comércio local, não todo, havendo comércio local que está bem e outro não tão bem. No entanto, questiona que se as coisas estão assim tão mal, como é que algumas empresas na área do retalho estão a escolher Melgaço para se instalarem. Posto isto, acredita que as coisas não estarão tão mal assim e que há a possibilidade até de crescer nesta área do comércio, no nosso território. Deu o exemplo da Casa Lourenço que está para abrir, do Coca que está em construção avançada e do Continente que tem o negócio praticamente fechado, para que no próximo ano a construção arranque e esteja aberto aqui com lojas âncora, para além da loja do Continente. Sobre o comércio não tem mais nada a falar, terminando dando nota de que as coisas têm o seu apoio, já tendo tomado medidas para que o comércio se possa desenvolver e acredita que a vinda de superfícies trará mais gente, sobretudo gente de Espanha e que se fixem cá, pretendendo que se fixem, sobretudo, os melgacenses. Outra questão que todos nós sabemos que é uma realidade, é o facto de haver melgacenses que não compram cá e vão comprar ali ao lado, quando aqui tem a mesma oferta. Espera assim que a vinda de mais oferta do ponto de vista de comércio local e de retalho fixe os melgacenses, para além de trazer públicos do lado de lá da fronteira, sendo também essa a ambição daqueles que se estão cá a instalar.

Toma palavra o deputado José Albano para esclarecer uma resposta ao senhor presidente umas notas que lhe parecem importantes. Afirma que o senhor Presidente disse e muito bem que nós não somos realmente muito bairristas. Vamos a monção e vemos imensa gente a fazer compras em comércios que nós também temos aqui. Acha perfeitamente normal que se nós não temos aqui oferta, que a vamos procurar a outro lado. Mas não é só nesses campos que isso acontece, acontece em muitos outros negócios que nós temos aqui, à porta de casa. A Casa Lourenço é um exemplo

em Monção, que tem muitos clientes de Melgaço e o Continente também. Quer apenas partilhar connosco algo que seguramente será do conhecimento de alguns de nós, mas que a ele foi contado por alguém que trabalha no grupo SONAE. A filosofia destas grandes cadeias que tem centenas de lojas a nível nacional, passa muitas vezes por vir para determinados locais para ter rentabilidade mais baixa, mas têm lucros astronómicos noutras lojas e depois o que conta é no final do ano fiscal terem lucro, projetar a marca e aumentar as vendas. Um outro aspeto importante e ele está a falar com um número de cor, mas acredita que o senhor Presidente o tem mais presente, são os custos de partilha. Acha que o município paga à volta de 447.000 euros por ano da água que importa. Questiona se são estas centenas de milhares de euros que nós pagamos, com a água que depois consumimos, que se vai refletir nas tarifas. Já aqui se falou, há muitos anos atrás, na possibilidade de se construir um ponto de captação e uma barragem. Naquela altura até tinha sido localizada em Lamas de Mouro, mas quem diz no rio Mouro, diz nos outros cursos de água pois nós temos aqui naturais de uma qualidade excecional. Há que pensar num projeto destes em que tivéssemos água do nosso próprio território, captada e que pudesse abastecer o concelho todo.

O senhor Presidente tomou a palavra e abordou a questão das áreas comerciais. Diz que acha que ninguém vem investir cá para perder dinheiro. Por acaso, não sabe se foi o que aconteceu ao Intermarché. Não sabe se vieram cá investir para perder dinheiro quando afirmam claramente que, durante algum tempo, uma das lojas do país que mais faturava, era a loja de Melgaço. Eles próprios afirmam que foi a loja de Melgaço que lhes permitiu estruturar o grupo, foi a loja de Melgaço que lhes permitiu recuperar a loja de Valença, tendo essa sido a primeira e que deu prejuízo durante muitos anos e foi a loja de Melgaço que os catapultou para terem capacidade para construírem a loja de Monção. Portanto, estamos esclarecidos sobre a capacidade de produção de riqueza na área do comércio, em Melgaço. Este é um exemplo claro de como uma loja estabelecida no nosso território pode dar imenso lucro. Não acredita que o Coca venha estabelecer uma loja em Melgaço porque tem muito lucro em Monção e precisa de distribuí-lo com Melgaço, achando estranho que isso viesse a acontecer. Diz o mesmo em relação ao Continente, não lhe parecendo que alguém venha para cá para perder dinheiro. Perceberam que podem ganhar aqui dinheiro, não só com loja âncora, com a loja da superfície Continente, mas também



com as lojas âncora que se vão juntar à loja de superfície, captando públicos, sobretudo o público espanhol, mais concretamente, galego. É para ganhar dinheiro que para cá se vem e com certeza será essa a realidade que vai acontecer.

Não vai discutir se as pessoas vão a outros lados porque têm ou porque não têm oferta cá, uma vez que nós temos um Intermarché, temos um conjunto de todas outras ofertas e o senhor deputado é dono de uma delas. Acha que temos aqui condições para nos abastecermos sem termos que sair daqui.

Passou, de seguida, para outra matéria que o deputado José Albano colocou, que é a questão da água. Relativamente a isto, disse que não pagam 447.000 euros. Aquilo que compram em água são cerca de 280.000 euros por ano, para abastecer sobretudo dois sistemas. Aliás, em 2000, quando foram criadas as águas do Noroeste, onde o Alto Minho estava também, o primeiro contrato celebrado com as águas do Noroeste e com as águas do Norte, assumia que nós seríamos abastecidos em alta, em praticamente todo o território do município. Em 2010, foi feita uma revisão e, aí, já desapareceram um conjunto de territórios, que foram reduzidos, mas mesmo assim estaríamos a falar desta faixa de Cristóval até Penso a ser abastecida em alta. Foi em 2014, no seu primeiro mandato, que fizeram um novo contrato com as águas do Norte, de forma a reduzir o abastecimento ou a obrigatoriedade do abastecimento em alta, para dois sistemas: o sistema de Paderne, que temos de acabar de requalificar, pois não tinha condições para ser abastecido com água própria; e o sistema de Vila e Roussas. São esses os dois sistemas que, durante o ano, estão permanentemente a ser abastecidos em água. Em momentos de pico, como aconteceu há dois anos, tiveram de ativar esse abastecimento também para um outro sistema próximo da Vila, mas habitualmente isso não acontece. Fizemos aqui uma revisão em baixa da obrigatoriedade de abastecer em alta. Não lhe parece ser possível fazer mais ainda, sendo uma questão complicada. No entanto, não temos grandes condições de conseguir água para abastecer estes sistemas com água própria, sobretudo em Paderne, uma vez que é muito difícil encontrar água própria na freguesia ou freguesias laterais para fazer este abastecimento. É uma matéria que nunca está fechada e temos evoluído ao longo dos anos para reduzir muito a fatura que pagamos. Só pagamos aquilo que consideramos necessário do ponto de vista do abastecimento de água em alta.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por maioria, com 9 abstenções do grupo parlamentar do PSD, com declarações de votos de ambas as bancadas parlamentares.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º10	Análise e deliberação da proposta de alteração do Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Habitação do Município de Melgaço.
--------------------------	--

A presidente de mesa começa por dizer que o documento foi entregue a todos os deputados e que há uma gralha na alínea a) onde se refere à data da Assembleia Municipal. Assim, onde está “27 de fevereiro de 2023”, deve ler-se “25 de fevereiro de 2023”

O senhor Presidente da Câmara fez uma apresentação breve do documento, uma vez que acha que o mesmo é claro. Deu também nota da gralha relativa à data da Assembleia Municipal.

Adianta que rapidamente perceberam que este regulamento precisava de ajustes e é precisamente esses ajustes que trazem hoje, no âmbito de apoio à habitação.

O senhor deputado José Albano deu nota de uma outra gralha que ele assinalou, que é também ela na alínea a) e que diz respeito ao facto de se tratar de “habitação” e não “ação social”.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por unanimidade, com declaração de voto do PS.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.



Assunto n.º11	Análise e deliberação da proposta de Revisão da Estratégia Local de Habitação.
--------------------------	---

O senhor Presidente da Câmara começa por dizer que ao longo do ano já foi falando desta alteração à Estratégia local de habitação, quando sentiu necessidade de integrar novos beneficiários diretos para poder ser feita, com o seu apoio, intervenção num conjunto de habitações e também integração daquilo que já referiu, que é a aquisição de uma habitação devoluta na Vila, para a construção de oito apartamentos para fins sociais.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por unanimidade, com declaração de voto do PS.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º12	Análise e deliberação da proposta de alteração ao Contrato Programa e Contrato de Arrendamento da Empresa Municipal MELSPORT.
--------------------------	--

Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, este adiantou que todos os anos trazem a esta assembleia, depois de passar pela Câmara Municipal, esta atualização do contrato-programa com a MELSPORT, com um novo valor, estabelecido de acordo com as novas necessidades da MELSPORT, para o próximo ano, de 374.485 euros.

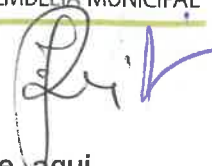
De seguida, foi concedida a palavra ao deputado Francisco Reis Lima. A primeira nota que faz nesta ordem de trabalhos é relativa a dois pontos complementares, mas que talvez devessem ter sido apresentados separadamente, não só por terem sentido de voto diferente, como logo à partida indicia exatamente aquilo que vai referir, pelo facto de estarem precisamente em conjunto. O primeiro

Barbara Lima


ponto é que sabemos que a MELSPORT não é autossustentável e que tem necessidade de financiar a sua atividade corrente, através de contributos financeiros da Câmara Municipal. Simplesmente, esse subsídio ao funcionamento, celebrado entre o contrato-programa e contrato arrendamento e que está à volta de 635.000 euros, utiliza alguns métodos que considera arriscados e que sugerem mesmo uma suspeita de que se está aqui a duplicar pagamentos no mesmo sentido e é no sentido da Câmara Municipal para a MELSPORT. Depois de ver os documentos, ficou com duas preocupações. A primeira diz respeito ao contrato-programa e quanto a esta, o valor de utilização é aumentado substancialmente, mas ele questiona se de facto o número de utilizadores é verdadeiramente sindicável, no sentido de ser passível de fiscalização. Pelo menos os números para conseguir detetar a procura de captação para que foi junta, e faz aqui um novo apelo ao documento do PDSS, no assunto 9 e porque é que, pelo menos, quanto ao apoio da frequência dos idosos na piscina, este número decresceu de 2009 até hoje.

Estamos aqui a dizer que estamos a aumentar os valores e a frequência da piscina decresceu.

A utilização do Centro de Estágios, desde 2016, é mais ou menos constante. Até aqui estamos a falar do Centro de Estágios em concreto, contudo do que se vai publicitando não se reflete esse aumento da utilização. A sua segunda preocupação é quanto ao contrato de arrendamento. Pensa que tecnicamente não faz sentido o município pagar uma renda à MELSPORT e, de seguida, pagar pela utilização dos bens que arrendou. Se arrendou é o município que tem a fruição daqueles imóveis e agora vai pagar para que possam ser utilizados pelos munícipes. Já nem vai falar em todas as questões que se prenderam na primeira alínea, mas a questão agora é que se existe este arrendamento, a fruição daqueles bens imóveis do Centro de Estágios compete à Câmara Municipal de Melgaço, que lhe foi atribuída através deste arrendamento. Parece-lhe que só seria possível pagar à MELSPORT pela utilização desses equipamentos se houvesse mais um elo nesta cadeia que seria, possivelmente, um contrato de concessão em que a MELSPORT iria prestar certos serviços de atividade aos melgacenses e que, por aí, seria cobrado. Espera ter sido claro. Estamos a pagar uma renda, então somos nós que devemos usar o espaço. Teria que haver outro tipo de contrato que legitimasse a MELSPORT a utilizar esses bens para prestar os



serviços aos melgacenses. Basta pensar em algumas incongruências que aqui surgem e sem estar a pôr em causa a utilização por outras entidades, pelo contrário, por exemplo, o contrato de comodato celebrado entre a MELSPORT e o clube melgacense sobre as instalações, que foram arrendadas pela Câmara. Portanto, se é a MELSPORT que está a ceder a utilização, está a ceder a utilização quando já não tem o direito de o fazer e teria de ser a Câmara a fazer.

O senhor Presidente da Câmara agradece a intervenção do deputado Francisco Reis Lima e passou a clarificar algumas questões. Começa por dizer que trazem dois pontos: o contrato programa da MELSPORT e o contrato de arrendamento e os dois tem âmbitos de atuação distintos. O contrato que aqui estamos a antevir, do valor que citou, diz respeito ao pagamento que a câmara faz à MELSPORT pela utilização social dos equipamentos e aí dá nota de que os números são absolutamente sindicáveis, os números são reais e os números têm revelado um aumento muito significativo nos últimos anos. Tem aumentado de forma muito consistente a utilização dos nossos equipamentos no Centro de Estágios. Falemos dos ginásios, falemos do pavilhão, falemos do estádio, das piscinas cobertas e descobertas. Temos um número muito considerável dessa utilização e, portanto, é disso que se trata quando falamos deste contrato. Quando falamos do arrendamento, falamos de uma outra realidade. Estamos a falar de um contrato de arrendamento que a Câmara faz com a MELSPORT para oferecer a utilização do equipamento à Escola Superior de Desporto e Lazer. São duas áreas distintas, com dois contratos distintos. Complementam-se, uma vez que fazem os dois parte desta forma de financiamento que a MELSPORT tem. Quando se diz que as piscinas têm tido menos afluência de idosos, nós podemos estar aqui com uma discussão de números. Nós estivemos três anos fechados para obras e, portanto, esse foi um período em que as piscinas não tiveram a afluência dos idosos. Nessa altura, os idosos tiveram a utilização da piscina das Termas de Melgaço porque não era possível a utilização das nossas piscinas. Neste momento, em 2023, e os dados dão nota disso, nós tivemos um crescimento grande da utilização das piscinas. O próximo ano, 2024, segundo as indicações que tem da MELSPORT, é de que o número das pessoas inscritas é ainda mais elevado do que aquilo que estava acontecer em 2023. Relativamente à sindicância, estão absolutamente confortáveis.

Barbara Lima
PSV

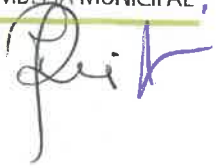
Por um lado, tudo isto passou pelo Tribunal de Contas há uns anos; depois, têm os Revisores de Contas, que os acompanham em permanência e acrescentou que acabaram de ter uma auditoria da inspeção geral das Finanças às empresas municipais e às Quintas de Melgaço. Esse relatório já tem uma versão preliminar, à qual responderam e terá versão final em breve. No princípio do ano, será partilhado com a Câmara Municipal e com a Assembleia e, aí, relativamente a estas matérias, estamos absolutamente confortáveis com a MELSPORT, sem que haja nada a apontar.

O senhor deputado Francisco pede para esclarecer um ponto, se lhe permitirem. O que ele queria dizer é que percebe a justificação de que o arrendamento tem a ver com a Escola Superior. Se vamos detetar que os mesmos imóveis estão, por um lado, arrendados, mas em simultâneo são utilizados pela MELSPORT, quando o arrendamento declara que a fruição do bem é pelo arrendatário, deveria haver um outro passo jurídico para legitimar porque é que a MELSPORT a utilizar aquilo que arrendou a outro e a cobrar por isso. Chamou à atenção porque crê haver aí uma lacuna.

O senhor Presidente da Câmara responde que quando falamos de arrendamento nesta matéria, não falamos de um arrendamento comum. É um arrendamento para utilização, em determinados momentos do dia e da semana. Quando arrendamos para oferecer esse espaço à ESDL nós estamos a permitir que a ESDL, de acordo com toda a programação da MELSPORT, utilize em determinados momentos o bem.

Não havendo outros pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Foi aprovado por maioria, com 9 abstenções do grupo parlamentar do PSD e declaração de voto do PS.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.



Assunto n.º13	Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo para o ano de 2024.
--------------------------	--

A Presidente da mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar o assunto.

O senhor Presidente Começa por dizer que não vai adiantar muito por ser um assunto recorrente, que trazem à assembleia todos os anos. Explica que o empréstimo de curto prazo é um instrumento financeiro que permite apoiar a tesouraria para conseguir realizar todo o trabalho e fazer frente às necessidades que tem. No final do ano ele é saldado e, este ano, estamos precisamente neste processo de saldar o nosso crédito.

No uso da palavra e com relação a este ponto da ordem do dia o deputado José Albano lembrou ser de todos conhecido o posicionamento da sua Bancada quanto ao particular dos empréstimos de curto prazo, admitindo que possam servir para suplantar constrangimentos de tesouraria e dificuldades de caixa, razão pela qual não votam contra, mas argumentando que as justificações apresentadas para a sua contratação, designadamente a sazonalidade da receita, não os convence, até porque não há um ano que seja em que esta contratação não se repita, e tendendo o valor a ser o mesmo. Acrescentou que se temos um Orçamento para aprovar, e se o mesmo tem a pretensão de vestir a capa do rigor, certamente que nele vem refletida a despesa e também os meios ou a receita para lhe fazer face. Deixou uma última nota, que referiu ser técnica, dizendo que no ano passado os deputados da sua bancada haviam defendido, pela expectativa da subida das taxas de juro, a opção por uma taxa fixa (Euribor com um prazo mais alargado, a 12 meses), não tendo sido essa a opção, em função do que, tendo as taxas efetivamente subido, como era expectável, o Município acabou por pagar mais pelo empréstimo contraído, ao passo que desta vez, e quando os dados disponíveis apontam para uma estabilização e mesmo descida das taxas de juro, a opção é por uma taxa fixa (Euribor a 12 meses), pelo que a opção volta a ser a errada, andando o Executivo do Partido Socialista em contraciclo com os movimentos de flutuação das taxas de juro e com custos para o Município.

O senhor Presidente toma palavra e diz que relativamente à argumentação não vale a pena estar a responder, até porque será mais uma vez o mesmo, com a nota de que tiveram duas propostas absolutamente empatadas: foi a proposta do Milenium BCP e a Caixa de Crédito Agrícola. A resolução do dilema foi através de um sorteio público, que foi feito no município e que levou a que a Caixa de Crédito Agrícola fosse a entidade vencedora. Quanto à questão das subidas e descidas das taxas de juros, gostaria imenso de dar razão daqui a um ano e que realmente estivéssemos num processo de descida de juros, o que seria ótimo para todos nós, para a Câmara também, mas, sobretudo, para a população em geral do país e para as empresas.

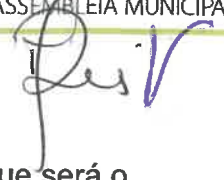
Não havendo outros pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Foi aprovado por maioria, com 9 abstenções do grupo parlamentar do PSD e declaração de voto do PS.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade

Assunto n.º14	Análise e deliberação da proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024
--------------------------	--

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para abordar o assunto.

O senhor Presidente da Câmara começou por agradecer aos senhores deputados pelo facto de terem sido flexíveis quanto à antecipação da assembleia, que estava marcada para dia 29 de dezembro. Explica que a reunião foi antecipada por precisar de aprovar este orçamento e, depois de aprovado o orçamento, poder enviar os documentos necessários para o Tribunal de Contas, para que o visto para a Zona Empresarial de Nova Geração, que está preso neste momento pelo pedido de vários documentos, possa chegar. Se este envio de documentos solicitado não fosse feito este ano, teria, por razões documentais e exigências novas, e poderia atrasar mais uns tempos, o que não é desejável, dado os timings da candidatura. Era mesmo urgente fazer a assembleia de forma a que em tempo útil e ainda este ano civil possa chegar ao Tribunal de Contas toda a documentação necessária.



Quanto aos documentos que tem para apresentar, dá nota daquilo que será o orçamento previsional para o ano de 2024, com valores muito consideráveis. Um orçamento que tem uma estimativa de 34 milhões e 300 mil euros porque no próximo ano, depois de ter o Visto do Tribunal de Contas, terá a arrancar a Zona Empresarial de Nova Geração que, para além de outros investimentos, será o investimento mais pesado e que traz para o orçamento estes valores que tem para apresentar. Espera que o visto do Tribunal de Contas venha rapidamente para arrancar com esta obra, que é uma obra de longa duração, para dois anos sensivelmente, de dificuldade técnica e espera que rapidamente se consiga colocar no terreno. O que poderá acontecer é que uma parte daquilo que prevê realizar em 2024, vá transitar para o ano de 2025. De seguida, iniciou a apresentação dos documentos previsionais para 2024, apresentados em PowerPoint. Na composição da receita corrente, temos os impostos diretos e indiretos que representam cerca de 1,6 milhões; os rendimentos de propriedade com 1.4 milhões de euros; as transferências correntes, que virão através do Orçamento de Estado e do processo de e depois as transferência de competências; as vendas de bens e serviços, aqui estão as componentes com a cobrança do serviço de abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos, assim como a venda dos produtos nos nossos espaços que representam cerca de 2,5 milhões de euros. A receita de capital para o ano, está com um peso grande nas transferências de capital, principalmente fruto dos fundos comunitários candidatados e que se encontram a decorrer. Apresenta ainda os passivos financeiros, ou seja, a possibilidade ainda de utilização de crédito já aprovado que ainda não utilizaram e podem utilizar e, com essa componente, apresenta o valor de 15,7 milhões de euros.

Passa a apresentar as despesas correntes, com as despesas com pessoal em cerca de 6,8 milhões de euros e refere que neste ponto, mais à frente, tem uma análise mais detalhada da despesa com pessoal; despesas com a aquisição de bens e serviços e as transferências correntes nomeadamente para as associações sem fins lucrativos e a componente de transferência de competências para as freguesias.

Relativamente à despesa de capital, a grande fatia encontra-se nas aquisições de bens de capital, estamos a falar essencialmente da despesa de investimento a fazer em obras. Neste âmbito, mostrou aquilo que está previsto do ponto de vista de investimento e, ressalta, as zonas de acolhimento empresarial, onde está também a

Zona Empresarial de Nova Geração com cerca de 8,2 milhões de euros para o ano de 2024.

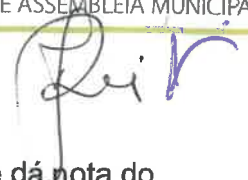
Passa para o investimento em Educação, segunda componente mais relevante, com 1,2 milhões de euros e depois apontou para um conjunto de muitas outras intervenções que estão ali definidas para o ano.

De seguida, aborda as principais obras, só a título de exemplo e a situação da área de acolhimento empresarial de nova geração, que tem um valor de 12 milhões, com financiamento do PRR, que está aprovado, e o valor de investimento é de aproximadamente 12,8 milhões. A segunda fase da Requalificação da Igreja do Convento de São Salvador de Paderne, com 1,3 milhões. Diz ter a garantia do financiamento, mas ainda não tem o documento relativo a esse financiamento, por isso ali se diz “a candidatar” porque têm de ter esse documento assinado para poderem ativar a realização dessa obra.

O Senhor Presidente da Câmara, no âmbito desta apresentação, deu ainda uma nota sobre apoios a instituições locais. Está a falar de várias associações locais e, para termos uma noção da grandeza desse apoio, apresenta o valor das transferências correntes, que será 1 milhão de euros e a transferência de capital que será cerca de 130 mil euros. Está a falar de um apoio muito significativo às instituições locais.

De seguida, passou para as Juntas de Freguesias. Com transferência de competências tem um gasto de 280 mil euros e explica que isto já está contratualizado há uns anos e, depois, apresenta outras transferências de capital para o próximo ano para as juntas de freguesia de cerca de 1,1 milhão de euros.

Avança para as despesas vindas de empréstimos de médio e longo prazo e, para termos uma noção exata de como estamos ou como vamos arrancar o ano, informa que a 1 de janeiro de 2024 temos 6,9 milhões de euros de crédito a médio e longo prazo. Prevê-se despesas com os passivos financeiros em cerca de 800 mil euros com a previsão dos juros, que no momento, são uma quantia considerável e exclama que o capital em dívida no final do ano, previsível, a não haver mais utilização de crédito, será de 6.3 milhões de euros. O Senhor Presidente da Câmara retoma o tópico da despesa do pessoal, onde nos mostrou a evolução dessa despesa, que diz



ser uma realidade dura dos municípios, em que Melgaço não é exceção, e dá nota do crescimento com a despesa do pessoal, sem haver propriamente um crescimento de pessoal. Há cerca de 7/ 8 anos que anda com um número próximo dos 300 funcionários, no entanto, as despesas crescem porque há atualizações salariais consideráveis e o próximo ano será um ano para que tal aconteça também. Crescem porque há despesas com o pessoal que são sobretudo as atualizações salariais recentes que vão fazendo e traduzem-se nesses valores. Em 2013, a despesa orçamentada foi 4.7 milhões e em 2024, a despesa orçamentada é 6.8 milhões, ou seja, 2 milhões de euros de diferença na despesa com pessoal, num prazo de 10 anos sensivelmente. Termina a sua intervenção mostrando-se disponível para esclarecimentos.

Terminada a apresentação, solicitou a palavra o deputado Manuel Rodrigues. Depois dos cumprimentos protocolares, considerou que as Grandes Opções do Plano e Orçamento são dos documentos de maior importância para o desenvolvimento do Concelho. Os deputados do PSD, entendem que estes documentos deviam responder plenamente aos anseios e expectativas mais prementes dos nossos munícipes. Daí que se entenda que deva ser apresentada uma estratégia de ação diferente, com propostas credíveis e concretas, direcionadas para o desenvolvimento económico e social e apostando numa melhor e maior qualidade na prestação de serviços, que dê mais bem-estar e qualidade de vida aos nossos concidadãos.

Diz-se no documento apresentado que para este executivo a gestão orçamental continuará a ser exigente e rigorosa, porque a gestão do erário público não pode ser encarada de outra forma. Ora cá está uma falácia que é desmentida pela falta de rigor na gestão dos fundos públicos por este executivo como foi por exemplo a atribuição de 100 000 € à Fundação de Serralves que consideramos um autêntico desperdício.

Os orçamentos apresentados pelo executivo são pouco rigorosos pois continuam a ter taxas de execução, muito inferiores ao orçamentado, basta ver a execução a 10 de dezembro de 2023 (52,5%) e a passar verbas e compromissos de um ano para os seguintes.

Este orçamento, à semelhança de anos anteriores, continua a não devolver esperança aos munícipes, principalmente aos mais jovens, onde para estes o

executivo poderia ter aprovado a isenção de IMT na aquisição de habitação para jovens até 35 anos.

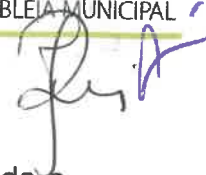
Ao invés aumentam-se os impostos indiretos e taxas, do qual o partido socialista é mestre, aumenta-se a fatura da água, aplica-se a taxa máxima de IMI, todos estes montantes saem diretamente dos bolsos dos nossos munícipes, contribuindo assim para o agravamento da débil situação económica das famílias, do comércio e do pouco tecido empresarial, não estancando a contínua perda de população.

Temos uma visão distinta da forma como deve ser a atividade do Município, que deveria inverter esta situação, dando um sinal inequívoco nesse sentido, diminuindo, nem que fosse ligeiramente, estes impostos e taxas, dando sinais de atratividade e competitividade.

A situação atual obriga a outras medidas estratégicas, criando condições no terreno para a captação de novas empresas, indo á procura delas, de modo a potenciar criação de novos empregos qualificados e de remuneração diferenciada para a captação e fixação de jovens no Concelho.

O documento apresentado mostra, pois, pouca ou nenhuma inovação ou imaginação, basta ver com atenção que a palavra mais utilizada é continuar, ora continuar não leva a caminhos novos, não cria esperança como está demonstrado nos resultados alcançados. Na última década, continuar, só nos levou a mais empobrecimento, mais despovoamento, menos comercio, menos poder de compra, menos crença. O PSD apresentou várias propostas ao executivo a serem incluídas neste orçamento e que não foram acolhidas e que dariam sinais à sociedade e aos Melgacenses de que o concelho é atraente e competitivo. Destacamos, de seguida, algumas.

Na habitação, arrendar ou comprar imóveis para reabilitar e promover o arrendamento acessível, isentar de taxas de reabilitação ou recuperação de prédios degradados, definir um regime fiscal amigo das famílias fixando o IMI nos 0,3%, devolução dos 5% da participação variável do IRS aos Melgacenses e, na saúde, atribuir um plano de saúde a toda a população, complementar o SNS.



Com relação às Quintas de Melgaço, aumentar o capital social de modo a regularizar a situação acionista de acordo com a lei, de modo a que o Município de Melgaço assegure uma participação máxima de 49% de modo a favorecer e potenciar o recurso a financiamentos e fundos comunitários.

Para a participação dos jovens na comunidade local e estreitar a ligação entre os mesmos e o Município, implementar o orçamento participativo jovem no montante de 50 000 €.

No plano de atividades nada é referido quanto á difícil situação financeira das empresas Municipais ou acerca do modo de serem saneadas financeiramente a não ser a recorrente injeção anual de mais 650 000€ na Melsport.

Nada é referido em relação ás casas de fronteira de S. Gregório que há muito necessitam de reabilitação. Muito mais haveria para referir.

Infelizmente não vemos neste orçamento qualquer alavanca que possa criar esperança e elevar expectativas dos Melgacenses que já se encontram resignados a este estado de coisas.

Concluiu a sua intervenção com votos de um feliz natal para todos e de um próspero 2024.

Em seguida, solicitou a palavra o deputado Augusto Pinto. Iniciou a sua intervenção com os cumprimentos protocolares. Logo de seguida, pediu para fazer um à parte e, direcionando-se à Senhora Presidente da Assembleia, questionou-a se a mesma já se teria interrogado do porquê de haver pouca gente a assistir à Assembleia. Sugeriu que se poderia envolver os alunos da escola, até como uma ação de cidadania.

Toma palavra a Senhora Presidente da Assembleia que refere que sim, que já se teria interrogado e que até fizeram uma assembleia descentralizada com esse objetivo e, mesmo assim, não teve muita gente. Acrescentou ainda que se o horário da Assembleia for de manhã, há pouco público; se o horário for à noite, também não há muito público a assistir.

O deputado Augusto Pinto retoma palavra e, com otimismo, diz que temos de arranjar maneira de captar mais pessoas. Continua a sua intervenção e no que diz

respeito ao orçamento, diz ao Senhor Presidente de Câmara que, como se sabe, não passa de uma previsão de receitas e despesas. É uma intenção que engloba escolhas que se entendem ser criteriosas e sensatas. Assistimos para 2024 a um acréscimo global de 5,4% em relação a 2023, num montante de 1 milhão, setecentos e sessenta e oito mil euros.

A despesa corrente, como vimos na apresentação, é cerca de 16% com uma evidente preponderância do aumento da despesa corrente. Dá nota de que a despesa corrente representa mais de 50% da despesa total, são 17 milhões e 790 mil euros. E despesa de capital, ou seja, o investimento é de 16 milhões 509 mil euros. Temos, portanto, uma despesa corrente elevadíssima, que a nada ajuda a nossa capacidade de investimento, comprometendo o nosso desenvolvimento. Se não fossem os fundos comunitários, e toda a gente sabe, o investimento era muito reduzido. Aliás, a despesa de capital desce 4%, num valor de 690 mil euros relativamente ao ano de 2023. No texto introdutório do orçamento para 2024 lê-se que o orçamento traça medidas que privilegiam a necessidade das pessoas, das famílias, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, medidas de apoio que alavancam os agentes económicos. Para que isto seja possível, é preciso investimento e já percebemos que a capacidade de investimento é reduzida, que nos leva à questão do critério das escolhas que se fazem na aplicação dos dinheiros públicos e é aqui que discorda substancialmente, senão vejamos: o executivo prefere investir na administração geral 2 milhões e 341 mil euros, representando 28% do montante para este orçamento, para 2024, e apenas 11% na educação ou então uns módicos 2% na ação social. A ação social representa 194.000 euros. Questiona o Senhor Presidente se será que destes 28% da administração geral, onde se engloba, por exemplo, o serviço de apoio à presidência ou o serviço de comunicação (leia-se propaganda), não se podia fazer um esforço de poupança para que fosse alocado para outras áreas mais carenciadas. Dá o exemplo da educação, onde se prevê apenas 200 euros para projetos educativos. Chega à conclusão que a educação não é o bem mais essencial das nossas vidas e não constituiu o principal foco do executivo. Mas mais, no desenvolvimento urbanístico verificamos apenas 1% do investimento com apenas 52 mil euros para a manutenção da rede viária municipal e todos sabem o estado de conservação de muitas das estradas das nossas freguesias. Diz que para aquilo que o Senhor Presidente



considera desenvolvimento económico, a tal alavanca para os agentes económicos, cifra apenas a verba de 9% de 101 mil euros do investimento do Município.

No património e cultura, 8% que equivale a 689 mil euros. Nestes dois itens, no desenvolvimento económico e no património e cultura, encontramos todas as festas, a programação cultural e os eventos relativos à promoção do território. São cerca de um milhão e meio de euros. Afirma que é óbvio que não são contra as festas, pelo contrário. Contudo, acham que o modelo do executivo para a elaboração das mesmas, pode não ser o mais adequado. Interroga o Senhor Presidente sobre a possibilidade de serem mais contidos nestas despesas, se será necessário recorrer de forma massiva a contratação externa, interroga-o ainda para saber se não tem pessoas no nosso Município ou na Câmara para ajudar na realização destas festividades e assim, poupar alguns milhares de euros que poderiam aproveitar para mais investimento noutras áreas que são cruciais. O senhor deputado acredita que sim, que isso poderia ser feito, mas que pronto, são escolhas.

Fez uma breve referência à Melsport, só para dizer o seguinte: para pagar o Contrato Programa e Contrato de Arrendamento das instalações são necessários 910.000 euros em 2024 e vai acontecer o mesmo nos anos seguintes. É a partir do orçamento que se estabelecem objetivos e as prioridades. Entendem que o critério da despesa não é o mais adequado e, por isso, o PSD vota contra este orçamento, que pensa, e que o deputado Manuel Rodrigues já referiu, é um orçamento de continuidade, cuja execução merece as nossas dúvidas.

Deseja um Bom Natal e espera que o executivo consiga alcançar aquilo que está no orçamento.

Terminou a sua intervenção o deputado Augusto Pinto e a Presidente de Mesa concedeu a palavra ao deputado Maximiano Gonçalves, que começa por cumprimentar o executivo, a mesa, os senhores deputados, os presidentes de junta, os técnicos da Câmara Municipal e público presente. Começa por dizer que, como disse o deputado Augusto Pinto, é pena termos pouca gente a assistir às nossas reuniões, mas como ouvimos aqui tanta festa, se calhar, se fizermos aqui uma reunião num dia de festa, são capazes de ter mais gente, para beber uns copos de alvarinho.

Debruçando-se sobre o assunto em discussão, que é o plano de atividades/orçamento municipal, é lógico que defende o plano de atividades e o orçamento municipal. Quem governa tem que optar e percebe que a oposição faça algumas críticas e tem toda a legitimidade para o fazer, que faça propostas, mas quem governa tem que fazer opções e tem que seguir as políticas e, depois, estará aqui para ser julgado no fim do seu mandato. Este orçamento de 34 milhões e 300 mil euros abarca várias vertentes, como o Senhor Presidente teve oportunidade de referir durante a reunião, e como leram nos documentos que lhes foram facultados. Há grandes investimentos e diz que há grandes investimentos na zona industrial, para captar empresas e há também investimento em todas as áreas. Enquanto Presidente de Junta, diz que os mesmos nunca estão contentes e mal seria se estivessem. Debateram muito, em várias ocasiões, este orçamento, com algumas reuniões fortes com o executivo, mas compreendendo sempre a vertente e a visão do mesmo em relação ao que está previsto em orçamento. Não se pode esticar e os Presidentes de Junta, nas suas juntas de freguesia, também querem mais, mas não dá para esticar o orçamento. Diz que conseguem receber algum dinheiro do FEF, dinheiro da Câmara Municipal e vão fazendo o que podem com algumas opções.

Não lhe venham dizer, por exemplo, que com este orçamento a Câmara Municipal não apoia a educação porque neste concelho não há ninguém que possa dizer isso, que possa dizer que a Câmara Municipal de Melgaço não apoia ou não tem apoiado a educação. Também ninguém pode dizer que não há obras pelo concelho fora. Estão presentes os presidentes de junta e, com certeza, todos dirão que estão a fazer, estão a trabalhar em todas as freguesias. Afirma que queriam trabalhar mais, mas o dinheiro não estica, infelizmente. O Estado vai fazendo as suas transferências até para as juntas de freguesia e para a Câmara Municipal, alargando um pouco, não é muito, mas já dá para fazer algumas coisas mais e ter mais ideias em pensamento. Confirma que este plano de atividades, vem no seguimento do anterior plano de atividades, como a oposição vem dizendo, mas não é mais do mesmo – é outro plano de atividades, com coisas que vão passando de ano para ano, como é lógico, mas sempre com o pensamento em desenvolver o concelho.

Por último, diz que a bancada do partido Socialista apoiará o documento. Aproveita também, na sequência desta intervenção, para desejar um Bom Natal a



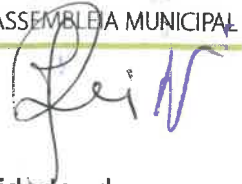
todos e que seja um bom 2024. Que seja realmente um 2024 que se consiga cumprir tudo aquilo que temos em mente, quer seja na política, quer seja na vida pessoal de cada um e deseja que para o ano estejam lá todos, numa próxima reunião.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que, respondendo ao deputado Manuel Rodrigues, começou por dizer que aquilo que afirmam não é falácia, aquilo que afirmam é vontade de continuar a investir e as opções políticas que fazem, são as opções políticas que consideram ser adequadas e o tempo lhes dará razão pelas opções tomadas, mesmo naquela matéria que referiu e naquela opção que referiu. Na questão de ter ou não ter apoios/ incentivos/ medidas para os jovens se instalarem, discorda redondamente do deputado. Por um lado, já foram ali falados de um conjunto de apoios, sobretudo de apoios fiscais na área da habitação. Procura disseminá-los permanentemente, para as pessoas terem noção que podem realmente ser usados e tem vantagens para as pessoas, para os jovens.

Depois diz que o trabalho fundamental para criarem condições de atratividade e de fixação é um trabalho de fundo, sério, na área do industrial, como estão a fazer. Dá o exemplo da continuação no agroalimentar, com a vinha e o vinho a liderar, mas também na criação de gado e também na floresta e outras atividades que o agroalimentar supõe e que são importantes. Acrescenta o turismo e frisa que quer continuar a alavancar o turismo como uma força importante do nosso território, seja para a renovação do território, fixação de pessoas, para a criação de riqueza no território. A dedicação no momento é no industrial que não é uma coisa pequena, pois a realização de uma zona empresarial nova, na sua primeira fase, vai permitir trazer empresas. Não conseguia trazer empresas para o território, sobretudo empresas de dimensão, porque não tinha onde colocá-las. Elas bateram à porta durante alguns anos, mas nós não tínhamos como responder às empresas que queriam colocar-se em Melgaço e, portanto, foi preciso fazer um projeto, criar condições para que esse projeto tivesse financiamento, financiar esse projeto, construí-lo e agora sim, estamos em condições para trazer empresas para cá, coisa que não tínhamos até agora. A zona empresarial de Penso é pequena, está esgotada e por isso, não era resposta para as empresas. Portanto, estamos a trabalhar e é com este trabalho que criamos condições para a fixação da população e para o desenvolvimento económico. Não lhe digam que o trabalho que está a fazer com a Zona Empresarial de Nova Geração, que

Bárbara Uze


julga que nenhum de nós tem noção do que será verdadeiramente do ponto de vista da importância da relevância para o território, quando estamos a falar de produção energética de grande quantidade, estamos a dizer às empresas que venham porque tem energia com valores bem diferente, quando estamos a entrar numa área que é inovadora e que será decisiva para o futuro da Europa com a criação da energia através do hidrogénio verde. Afirma que vamos ser pioneiros com a produção de hidrogénio verde e que vamos ter produção de energia fotovoltaica na ordem dos 6 MW. O Senhor Presidente explica que crê ser MW, a questão das siglas pode-nos atraiçoar. Continua dizendo que as zonas empresariais, em pleno funcionamento absorverão 1 MW, ou seja, ficamos com 5 MW que, ou podem ser vendidos para a rede ou poderão ser utilizados na produção massiva de hidrogénio verde no nosso território. Está a falar de medidas de investimentos de relevância para o território nos próximos 10/20/30 anos, que de certeza que serão transformadoras. Portanto, quando fala de captação de emprego e de questões de desenvolvimento, fala nisto e num conjunto de outras coisas, onde engloba a habitação. Quanto à habitação, diz que ali foi dito que não se fazia trabalho na área da habitação. O Senhor Presidente defende-se dizendo que o trabalho que têm feito é um trabalho sério e controverso, que gerou discussão, sobretudo a questão da habitação para arrendamento acessível, mas que é um trabalho importante para o território, a somar ao trabalho importante que fizeram com o primeiro direito. Portanto, diz que têm de continuar a fazer este trabalho na habitação para ter condições de receção de pessoas. Acrescenta que as coisas não estão tão mal feitas quando têm intenções de investimento de construção de habitação no nosso território, como neste momento temos. As coisas não estão tão mal feitas quando existem empresários, sobretudo um empresário de Melgaço, que quer arriscar o investimento no nosso território. As coisas não estão a correr tão mal assim quando têm empresas, como já referido, com interesse na Zona Empresarial, a chegarem aqui e se instalarem. As coisas não estão a correr tão mal assim quando no próximo ano temos a possibilidade de inaugurar um hotel de 4 estrelas que será claramente um hotel com referência para ser um hotel de 5 estrelas, que revolucionará a oferta na área turística no nosso território, pois será uma oferta absolutamente categorizada. Estamos a falar de uma oferta de outra qualidade, que vai continuar a atrair os públicos que nos interessa atrair, que são públicos de capacidade financeira elevada, sendo esses os que nos interessa continuar a atrair.



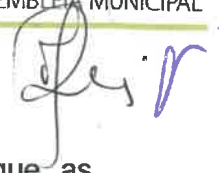
Falando da questão das Quintas de Melgaço, teremos oportunidade de continuar a falar das Quintas de Melgaço no próximo ano. Quanto às casas de fronteira, o Senhor Presidente julga ainda ter sido o deputado Manuel Rodrigues a abordar esta questão e responde-lhe que finalmente tem a situação bem encaminhada. Tiveram de fazer o resgate das casas fronteira em 2016, e fizeram projeto das casas para o fim social. Não foi possível até porque não havia financiamento, fazer esse investimento, então, conseguiram fazer a reversão dessa conceção e têm para assinar, neste momento, uma nova conceção para fins turísticos e já têm gente interessada nelas, com projeto para avançar com as casas fronteira. No princípio do próximo ano terão a oportunidade de assinar, constando essa nova conceção e de lançar concurso público, que já está a ser preparado para que as casas de fronteira possam ver a luz do dia.

O Senhor Presidente passa a responder às questões do deputado Augusto. Quanto à capacidade de investimento diz-lhe que o município não tem capacidade de investimento sem fundos comunitários e que se fosse só o município de Melgaço a ter este problema, o país estava muito bem e que se o governo não tivesse também este problema, estavam lindamente. A verdade é que a capacidade de investimento dos municípios está assente em fontes comunitárias e bem-dita Europa, porque às vezes nós não nos lembramos e quando chega a hora das eleições europeias é preciso quase empurrar as pessoas para que votem. Nós temos que ter a noção que a União Europeia é um instrumento de trabalho para todos nós absolutamente estruturante, não fosse a União Europeia, não fossem os fundos comunitários que ao longo dos anos têm chegado, não havia empresas neste país e não havia infraestruturas neste país: nem sociais, nem de educação, nem de outra área. É a nossa realidade e nós temos sido capazes, nos fundos comunitários, de dar cartas. O que temos pela frente, sobretudo com o PRR neste momento, é elucidativo da capacidade que tivemos de captar fundos europeus.

Segue a intervenção e contraria o senhor deputado Augusto Pinto quanto à aposta na educação. Na área da creche, não é que o município tenha creche porque não tem, sendo as ofertas privadas, mas está a ajudar os privados a fazerem o trabalho de creche, só para falar do primeiro nível de educação. Está a crescer esta oferta, felizmente, quando há uns anos atrás houve uma organização do setor social

que construiu uma creche e depois adaptou para outra coisa. Hoje, as creches voltaram a ser necessárias, é um bom sinal. Quando não eram necessárias há 5/6 anos atrás, hoje são necessárias e isso é um bom sinal.

A nível de educação, não lhe digam que não investiram. Fizeram a revitalização completa da escola Básica e Secundária no 2º mandato, tem uma relação privilegiada com a escola, assumindo inteiramente a sua competência na área da educação e a escola funciona com resultados. Não lhe venham dizer que a Câmara Municipal não tem feito trabalho nessa área e que não respeita aquilo que é a necessidade do território e afirma posicionar bem a escola, com capacidade de dar resposta aos seus alunos. Falando de educação, fala também de ensino superior. Não lhe venham dizer que o município não faz trabalho na área da educação, sobretudo no ensino superior. Há ensino superior de qualidade no nosso município porque a Câmara liderou o processo. A Câmara fez com que acontecesse a criação da escola porque a Câmara Municipal arranjou financiamento para construir uma escola de raiz com a qualidade arquitetónica que tem. Porque a Câmara depois foi capaz de, antes de entregar a escola por comodato e de forma definitiva, são 50 anos, antes de entregar, fazer uma revitalização da escola para entrega-la com um edifício saudável e que funciona bem. A escola funciona bem do ponto de vista académico e funciona bem do ponto de vista do desenvolvimento do território. O que aconteceu do ponto de vista da procura de alojamento e arrendamento, com a escola superior a estar presente aqui, foi fundamental. No ensino profissional, tiveram um período delicado, com a EPRAMI. Diz que a EPRAMI está a revitalizar-se e anuncia aqui que, embora não seja definitivo porque está em período de audiência prévia, terá 1,2 milhões de euros para instalar um centro tecnológico na EPRAMI, na área da informática, no próximo ano. Não lhe digam que não estão a trabalhar porque estão a trabalhar e bem, na área da educação. Está a procurar trazer desenvolvimento nessa área para o nosso território. Passa para a Ação Social e a este respeito diz que o trabalho feito fala por si, seja trabalho direto das suas equipas de ação social, seja o apoio às organizações do setor social e, se falar com cada uma delas, receberá a nota de que têm da parte da Câmara uma estreita colaboração. Não tem dúvidas nenhuma que será a resposta que tem as organizações, porque quase todas elas foram capazes de se refinar no PARES, algumas já com o PRR e está a acontecer investimento nos equipamentos sociais deste Município, como não está a acontecer em mais nenhum outro município



do território, ou pelo menos de forma proporcional. Louva os projetos que as organizações foram capazes de alavancar, a capacidade de irem buscar financiamento e o trabalho que estão a fazer agora. Nisto, há compromisso da Câmara também: há compromisso com a Santa Casa da Misericórdia, com o Lar o Cantinho dos Avós, o Lar Pereira de Sousa, com o Castro Solidário e com o Centro do Alto Mouro, quando estiveram a fazer a intervenção. A Câmara Municipal tem compromisso com cada uma destas organizações para os apoiar naquilo que for necessário, até um determinado limite estabelecido, para que possam levar a cabo todas estas intervenções que estão a ser feitas. Portanto, não lhes digam que também na Ação Social não estão a trabalhar bem quando tem na sua competência, definido este ano e foram o primeiro município do Alto Minho a fazê-lo, os instrumentos de trabalho necessários: o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e a carta social, que foram apresentados inclusive nesta assembleia, de forma resumida.

Depois diz que o senhor deputado afirma que têm muita despesa em propaganda. Responde que se comparasse a despesa de propaganda do Município de Melgaço com a despesa de propaganda de outros municípios, chegaria à conclusão que a nossa propaganda é barata. Têm um gabinete de comunicação que custa dinheiro, mas têm de ter pois é fundamental. Também têm de fazer a edição de informação para os munícipes, que é fundamental e que custa dinheiro. Até os senhores deputados da oposição já lhes disseram que têm de apostar mais na revista municipal, que não tem saído com a regularidade que devia sair e, portanto, afirma que ainda tem poupado em propaganda, mas realmente tem que fazer um bocadinho mais a pedido dos senhores deputados do PSD.

A respeito do desenvolvimento urbanístico, dizem que investimos pouco, mas não o pode aceitar. Tem feito intervenções em toda a zona urbana da Vila, criando condições para que as pessoas tenham a capacidade de investir e fez o necessário para que o investimento privado aconteça. No nosso território, seja aqui, ou seja, noutros cantos do território.

Quanto à rede viária, questiona se não apostaram nada e explica que tem feito investimento, com dificuldades, mas que gostaria de ter no próximo ano 10 milhões de euros, para uma empreitada global que pavimentasse toda a nossa rede viária no município. Era ótimo, mas não tem condições para isso. No entanto, tem feito

investimento periódico, permanente e cíclico para que a rede viária esteja em condições razoáveis- o que afirma estar tirando uma ou outra exceção. No próximo ano querem continuar o trabalho na reabilitação da rede viária do Município.

Na questão do património, cultura e desenvolvimento económico, diz ter ouvido rasgados elogios à Festa do Alvarinho, quando a terminaram e, este ano, rasgadíssimos elogios na assembleia municipal seguinte a essa mesma Festa do Alvarinho. Questiona se queremos acabar com ela e diz que acha que ninguém tem coragem de dizer que temos de deixar de investir 300.000 euros, sensivelmente, na festa do alvarinho e acabar com ela. Concorda que é cara, mas que não acredita que poderia ser mais barata. Esmagaram o preço até ao limite, procurando soluções o mais baratas possíveis para realizar um evento desta natureza, com o sucesso que tem e com o impacto direto e imediato na economia local e impacto na economia local futura. Relativamente à Festa do Espumante, diz ter acabado de ser elogiada e questiona, novamente, se será para acabar com ela. Diz ninguém querer isso, mas que, porventura, terá de visitar algumas coisas, ver se é possível reduzir algum valor e como o fazer. Porventura, terá também de pedir aos produtores algum esforço na realização destas festas, uma vez que a despesa está sempre do lado da Câmara e a receita praticamente toda do lado dos privados. Portanto, o Senhor Presidente não aceita que apontem o dedo à Câmara Municipal relativamente a essas áreas. Acrescenta ainda a festa Melgaço em Festa, que diz ter sido muito elogiada pela programação diferenciadora que teve e pela animação que trouxe. Reitera que também esta não é para acabar e que temos algum valor no orçamento para um conjunto de eventos cíclicos que vamos fazendo de desporto, na área da cultura, etc, que são importantíssimos. Se nós não fizermos, esta realização quase mensal, que é o que está a acontecer, nós estamos a retirar economia ao território. Estes eventos trazem muita gente ao território, os hotéis quase esgotam nesta altura. É muito importante manter este conjunto de investimentos que achamos importantes para o território.

O Senhor Presidente comenta também a intervenção do deputado Maximiano, relativamente à educação e às juntas de freguesia. Para começar, afirma ter sido um privilégio enorme trabalhar com as juntas e tem sido um privilégio enorme encontrar forma de realização do que consideram ser investimentos prioritários para as suas



juntas freguesias. Continuará a fazê-lo, para que as freguesias tenham aquilo que acham que é fundamental ter, mas dentro de limites porque não podem ir até onde seria desejável. Quando reúne com todos os presidentes de junta, antes do orçamento, chegam a um valor de, por exemplo, 20 euros e depois, tem de reduzir esse valor para 10 porque não conseguem pagar os 20 euros que os senhores presidentes de junta gostariam de realizar no ano 2024. É esse o exercício que fazem sempre para conseguir atender àquilo que é essencial. Termina dizendo que julga ter respondido a tudo.

A Presidente da Mesa deu palavra ao deputado Augusto Pinto que diz que, relativamente à sua intervenção, não disse que era contra as festas, muito pelo contrário, mas sim contra o modelo usado pelo executivo para fazer a festa. Realça que a questão é querer saber se não há pessoal da Câmara competente para desempenhar algumas funções.

Quanto à educação, não disse também que o município não investe na educação. O que disse é que, relativamente aos projetos educativos, só há uma verba inscrita de 200 euros. Embora diga que não percebe nada de pedagogia, considera-os fundamentais. Volta a sublinhar que não disse que o município não investe na educação, até porque o município é obrigado a investir, mas que poderíamos melhorar a maneira de trabalhar.

Terminada a intervenção do deputado Augusto Pinto, a Presidente da Mesa deu novamente palavra ao deputado Maximiano, que retoma a questão dos fundos comunitários. Conta que há pouco tempo teve uma reunião, em Viana, numa junta de freguesia e que lá também se falou de fundos comunitários. Concluiu que realmente os fundos comunitários são uma grande receita do município, mas que é preciso projetos para os fundos comunitários, é preciso ir buscar projetos credíveis porque senão, não há fundos comunitários. Melgaço tem sido um exemplo a nível distrital no que toca a fundos comunitários. Numa próxima reunião, dará uns documentos para a Senhora Presidente distribuir pelos deputados, de forma e estes terem uma noção do que se consegue com os fundos comunitários. Salienta a necessidade de projetos credíveis para conseguir fundos comunitários.

O Presidente da Câmara usou da palavra para dar uma última nota. Ficou esclarecido relativamente à questão do deputado Augusto Pinto e clarifica que, quando fala dos 200 euros, está a falar de um projeto que se destacou, que é o Scholl4all, que foi financiado no quadro anterior, uma coisa na ordem de 1 milhão de euros, sensivelmente. Esse foi o projeto, Scholl4all, que colocamos e desenvolvemos na escola. Neste momento, estão lá 300 euros, que correspondem a três rúbricas, a rúbrica está aberta porque o fundo comunitário ao Norte 2030, ainda não tem dinheiro. Neste momento, não podem colocar no orçamento o dinheiro relativo àquelas ações, uma vez que o dinheiro ainda não está disponível. Esta foi uma nota para esclarecer porque realmente há outras componentes no orçamento que ainda estão com a rúbrica aberta e é o caso dos projetos educativos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 votos contra do grupo do PSD e com apresentação de declaração de voto de ambas as bancadas parlamentares.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º15	Intervenção do Público
-------------------------	-------------------------------

Não houve intervenção do público presente.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram vinte e duas horas e quarenta minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves
Presidente

Bárbara Cristina Ribeiro Lima

Bárbara Lima
1.^a Secretária da Mesa da Assembleia

António José Gomes Nabeiro

António José Gomes Nabeiro
2.º Secretário da Mesa da Assembleia

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO
QUANTO AO ASSUNTO Nº “8” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE
22/12/2023

(“Análise e deliberação da proposta de majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de
2024”)

A possibilidade de majoração da taxa do imposto municipal aos prédios urbanos degradados encontra-se prevista no artigo 112º, nº 8, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, o qual dispõe que *“Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, exceto quando tal seja motivado por desastre natural ou calamidade”*.

Trata-se, como do citado dispositivo melhor ressuma, de uma possibilidade ou faculdade e não de uma obrigação.

Perante o texto legal supracitado o Executivo Municipal do Partido Socialista fez a opção política de, mais uma vez, majorar a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados. E, para além disso, fixou a majoração no máximo legalmente possível, de 30%. Não admira, pois, que os Melgacenses se vejam cada vez mais castigados com impostos, optando, a final, por ir viver, e investir no imobiliário, noutros concelhos.

Assinala-se, neste particular, o aumento das receitas cobradas pela Câmara Municipal de Melgaço com o IMI, que passaram de 449.201,35 €uros no ano de 2008 para o de, pelo menos (uma vez que ainda não se encontra contabilizado o total anual), 1.117.000,00 €uros no corrente ano de 2023, uma subida de 667.798,65 €uros, ou seja, de 248,66%.

Como temos vindo a realçar, a realidade dos números que nos são apresentados ano após ano demonstra que esta medida não tem contribuído, positivamente, para a reabilitação do nosso parque habitacional, e que mais do que não surtir efeito útil tem-se mostrado até contraproducente.

Assinalamos que este ano saiu um único prédio da lista dos degradados ou em estado de ruínas e entraram 30, com um saldo ou resultado negativo, pois, de 29 prédios.

De acordo com os números que nos são apresentados os imóveis nesta situação passaram de 54 no ano de 2008 para 383 no de 2023, uma subida de 709,25%.

Como resulta da dita lista, a maior parte dos imóveis pertencem ou integram heranças ilíquidas e indivisas, ainda por partilhar, não se sabendo a quem irão ser adjudicados, o que facilmente explica o porquê de ainda não terem sido reabilitados.

Assinalada já deixamos, também, a nossa visão acerca da injustiça que traduz estar-se a penalizar, através da majoração em 30% do IMI, proprietários ou famílias que simplesmente não tem recursos para a recuperação dos seus imóveis. E se já os não tem ao terem de pagar IMI agravado passarão a ter cada vez menos.

A prova provada de que esta medida não surte efeito útil está na evidência de que o Município de Melgaço também da dita lista negra continua a fazer parte, ano após ano, não podendo deixar de apontar o mau exemplo e o vexame para o Município que ao mesmo tempo que aprova uma tal majoração no IMI não trata de recuperar o património que lhe pertence.

O Executivo PS deixa, pois, com o contínuo engordar dos cofres do Município à custa do bolso e da carteira dos Melgacenses, mais esta marca, de tirar aos proprietários locais para dar, muitas vezes, a quem não precisa, como é o caso dos 100.000,00 €uros cuja transferência aprovou a favor da (já endinheirada) Fundação de Serralves. É esta a marca ideológica do PS local: tirar aos mais pobres ou remediados (cuja alternativa é pagar ou pagar) para depois dar aos mais ricos.

O nosso posicionamento é claramente no sentido da opção pela criação de verdadeiros e efetivos incentivos e apoios à reconstrução, reabilitação e regeneração urbana (e não o de castigar).

No que respeita à proposta majoração o nosso sentido de voto só pode ser, face ao exposto, contra.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “9” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 22/12/2023

(“Análise e deliberação da proposta do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2024”)

Os objetivos de Desenvolvimento Solidário e Sustentável são um plano de ação para a prosperidade das pessoas e do planeta, conseguir que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e plena e que o progresso económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

Poderemos identificar, a este nível, vários segmentos por via dos quais os ditos objetivos possam ser densificados, em particular acabar com a pobreza extrema, erradicar a fome e garantir o acesso de todos a uma alimentação saudável e nutritiva, garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as idades, garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, conseguir o acesso universal à água potável a um preço acessível, garantir o acesso à energia segura, sustentável e moderna e garantir a transição energética, promover um crescimento económico inclusivo e sustentável, assim como emprego digno para todos, construir infraestruturas resilientes, promover uma industrialização sustentável e incentivar a inovação, garantir o acesso de todos à moradia e aos serviços básicos adequados, seguros e acessíveis, lutar contra a desertificação, e promover uma sociedade justa, pacífica e inclusiva.

Todos os dias realizamos escolhas e ações que, em conjunto, podem ter um impacto enorme nos falados propósitos. Esse impacto é tanto maior quanto em cada um de nós resida o poder de determinar qual o caminho a seguir, com especial destaque para as organizações internacionais, os governos das nações e também as autarquias locais.

O Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável que nos é apresentado para o ano de 2024 elenca como apoios nada mais do que as medidas que já constavam do PDSS para o corrente ano de 2023, ao qual acresce um extenso rol de apoios que são de âmbito nacional e não uma criação ou proposta do executivo municipal do Partido Socialista (tais como o Programa de Arrendamento Acessível, o Porta 65 Jovem, e o Primeiro Direito).

Também aqui, contrariamente ao que se escreve no texto de apresentação do Plano que foi discutido e votado, e pelo histórico que o mesmo retrata, em nada tem o PDSS contribuído para o atingimento daqueles que são os seus objetivos, e, designadamente, os da fixação da população, do seu rejuvenescimento, e da melhoria da qualidade de vida dos residentes em Melgaço.

Apesar de a conjuntura social e económica, pelo aumento do custo das matérias-primas e da energia, subida vertiginosa das taxas de juro, e uma inflação galopante, com a conseqüente perda de rendimento líquido, demandar um reforço dos apoios, certo é que o Plano retrata números que vem decrescendo desde o ano de 2008 até ao de 2023, sendo este um ano em que, comparativamente com os anteriores, o número de apoios e a sua expressão monetária são dos mais reduzidos, atestando, mais uma vez, a total falência das políticas preconizadas pelo executivo PS nesta matéria.

Importa, pois, mastigar bem estes números, refletir, repensar, e criar medidas de política social, fiscal e económica, mais eficazes, diferenciadoras, e impactantes, com reflexos claros e efetivos na vida e carteira dos Municípios.

De facto, nos tempos que atualmente se vivenciam, precisamos, mais do que nunca, de um Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável que constitua uma âncora e um refúgio para todos aqueles que se encontram numa situação social e económica mais desfavorecida ou fragilizada.

Porque, ainda assim, o Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável contém algumas (parcas) medidas que possam ser importantes para mitigar as dificuldades dos cidadãos e das famílias o nosso sentido de voto passará, neste ponto, pela abstenção.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “14” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 22/12/2023

(“Análise e deliberação da proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024”)

Da análise aos documentos apresentados e relativos às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 consideramos que os mesmos não contêm propostas credíveis e estratégicas que possam responder aos anseios e expectativas mais prementes dos nossos Municípios, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento económico e social e quanto à atração e fixação dos mais jovens.

Nos orçamentos apresentados por este executivo atiram-se números e propostas que depois não são executadas, ou que registam baixíssimas taxas de execução, do que é exemplo o Orçamento aprovado para o ano de 2023, que à data de 10 de dezembro de 2023 apresenta uma taxa de execução a rondar os 50%.

As opções plasmadas no Plano de Atividades e Orçamento não vão criar mais bem-estar nem capacitar o concelho para proporcionar melhor qualidade de vida aos Melgacenses, antes pelo contrário, pois que se aumentam taxas, aumenta-se a fatura da água, fixa-se o IMI acima da taxa mínima, não se devolve, no todo ou em parte, os 5% do IRS pago pelos residentes, não se desburocratiza, tudo isto saindo diretamente do bolso dos Melgacenses.

Apesar de a taxa de execução do orçamento para 2023 ser muito baixa, como atrás referido, o Executivo ainda empola o orçamento agora apresentado com um incremento de 5,4%.

Destacamos alguns números que nos preocupam e merecem reflexão:

- Aumento da despesa corrente em mais de 739.000,00 €uros (16%), muito preocupante face ao volume da receita corrente;
- Diminuição da receita de capital em mais de um milhão de €uros;
- Aumento significativo das dívidas a médio/longo prazo;
- Despesas com a administração geral na percentagem de 28% do orçamento, comparando com apenas 11% na educação ou 9% no desenvolvimento económico.

A palavra mais utilizada nos documentos que nos foram distribuídos é continuar. Ora continuar só nos levou a mais empobrecimento, mais despovoamento, menos comércio, menor poder de compra, menos crença e menos esperança.

O PSD apresentou mais de 50 (cinquenta) propostas ao executivo para que fossem incluídas neste orçamento, e que traçavam uma estratégia diferente e diferenciadora, mas praticamente nenhuma foram acolhidas.

O concelho precisa de um maior compromisso e inovação, por parte do executivo, e uma estratégia diferente que crie esperança e capte a atenção dos jovens, pois sem eles não haverá futuro.

Face ao exposto, porque temos uma visão, propostas e estratégias diferentes, porque o orçamento apresentado não serve os Melgacenses nem responde aos seus anseios, e porque queremos um concelho com um Futuro Melhor, o nosso sentido de voto apenas poderia ser contra.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto nº 08 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2023: “Análise e deliberação da proposta de majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2023”

É uma competência do Município proceder ao levantamento dos prédios urbanos degradados e em ruínas, bem como à identificação dos seus proprietários.

Dado que os prédios em questão não cumprem satisfatoriamente a sua função, em alguns casos fazendo, ainda, perigo a segurança de pessoas e bens o Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta, apresentada pelo executivo, de majoração em 30% da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, constantes na listagem apresentada.

Melgaço, 23 de Dezembro de 2023

Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto n.º 09 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2023: “Análise e deliberação da proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2024”

Votamos a favor deste ponto da ordem de trabalhos, porque com a apresentação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para 2024, a autarquia pretende continuar a apostar num desenvolvimento sustentável e solidário para o Concelho, levando, ainda, mais longe um conjunto abrangente e coerente de políticas sociais.

São medidas que intervêm desde a natalidade até a terceira idade, passando pela ajuda aos casais jovens e criando, também, incentivos e isenções que visam aprofundar a política de fixação de população.

Os resultados obtidos, nos diversos anos de aplicação deste Plano são garantia que, pese as dificuldades que o país atravessa, estas medidas, de cariz humano, solidário e social, continuarão a ajudar as famílias Melgacenses a acreditar que é possível melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, continuar a desenvolver o Concelho.

Melgaço, 23 de Dezembro de 2023


Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto nº 10 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2023: “Análise e deliberação da proposta de alteração do regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Habitação do Município de Melgaço”

O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta apresentada.

A proposta em questão visa ajustar e adaptar o Regulamento de Concessão de Apoios no Domínio da Habitação, aprovado em Assembleia Municipal em Fevereiro de 2023, à realidade económica e social do Concelho, bem como às reais carências habitacionais da população do concelho de Melgaço.

Melgaço, 23 de Dezembro de 2023

Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto nº 11 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2023: “Análise e deliberação da proposta de Revisão da Estratégia Local de Habitação”

O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de Revisão da Estratégia Local de Habitação.

A revisão pretende garantir mais e melhores condições de acesso à habitação, no sentido de melhorar a qualidade das habitações, eliminando as situações de habitação indigna e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida dos munícipes.

O Município continua a assumir a opção pela reabilitação como prioritária no conjunto das intervenções a levar a efeito, e assumida nas suas diversas dimensões relacionadas com a conservação do edificado, com a eficiência material, com a qualificação ambiental, desenvolvimento sustentável, ordenamento do território e preservação do património ou com a coesão sócio territorial.

Melgaço, 23 de Dezembro de 2023

PS

Grupo Municipal do Partido Socialista



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto nº 12 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2023: “Análise e deliberação da proposta de alteração ao Contrato Programa e Contrato de Arrendamento da Empresa Municipal Melsport”

O Contrato Programa celebrado entre o Município de Melgaço e a Melsport visa a utilização das instalações e equipamentos geridos pela Melsport nos seguintes eixos:

- 1 – Desporto Escolar e Associativo – Consubstanciado na disponibilização gratuita das instalações e equipamentos desportivos a Escolas e Associações Desportivas do Concelho.
- 2 – Apoio a Associações Locais Desportivas – Consubstanciado na disponibilização gratuita de um bloco no estádio para instalação de sedes sociais das Associações desportivas/Clubes e bar do Sport Clube Melgacense.
- 3 – Apoio aos Municípios de Melgaço – comparticipação de 50% do valor de tabela, na utilização das instalações desportivas.

O Contrato de Arrendamento celebrado entre a Melsport e a Câmara Municipal prevê o arrendamento dos diversos espaços desportivos: Estádio (relvado, balneários, ginásios, etc), Pavilhão Gimnodesportivo, Campo Futebol sintético, Campo de Ténis e Polidesportivo descoberto, para utilização por parte do IPVC, nomeadamente da Escola Superior de Desporto e Lazer.

De salientar que foi, ainda, apresentado o parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao valor do contrato programa onde se refere “...somos de parecer que os fundamentos de necessidade, finalidade e o valor da compensação financeira está adequadamente divulgado e calculado e encontra-se suportado pelo respetivo relatório explicativo”.

Pelo atrás referido o Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de alteração ao Contrato Programa e Contrato de Arrendamento da Empresa Municipal Melsport.

Melgaço, 23 de Dezembro de 2023

Pedro Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto nº 13 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2023: “Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo para o ano de 2024”

O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente o ponto em questão dado tratar-se de um instrumento, consignado na Lei nº 73/2013, que visa apoiar as autarquias nos constrangimentos de tesouraria.

Este financiamento a curto prazo não será relevante para o stock da dívida no final do ano dado que, até lá, terá de ser integralmente amortizado.

Melgaço, 23 de Dezembro de 2023


Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto nº 14 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2023: “Análise e deliberação da proposta para as Grandes Opções de Plano e Orçamento para 2024”

As Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Melgaço para 2024 dão continuidade ao planeamento estratégico definido, a devido tempo, para o presente mandato, tendo como base a confiança na consolidação da recuperação económica do País, mas tendo também consciência da incerteza relativa à evolução futura dos preços e das respostas dos agentes aos aumentos resultantes da situação política monetária.

À semelhança do contexto nacional Melgaço tem assumido uma governação autárquica marcada por uma política resiliente, de dinamismo, de estabilidade, de confiança e de compromisso com o território e com as pessoas.

Para o ano de 2024 a gestão orçamental continuará a ser exigente e rigorosa. Pretende-se que o Orçamento para 2024 traga medidas que privilegiem as necessidades das famílias, um orçamento que contribua para a melhoria da qualidade de vida, trazendo simultaneamente medidas de apoio e alavanca aos agentes económicos do concelho, criando atratividade ao tecido empresarial, sempre com o objetivo final de continuar a construir um Melgaço cada vez mais sustentável, competitivo, coeso e inovador.

Analisando, detalhadamente, as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2024 o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem dúvidas que as mesmas refletem uma constante preocupação com o desenvolvimento integrado de Melgaço e com o bem estar das famílias.

De facto trata-se de um Plano que abrange as mais diversas áreas de atuação. De entre o extenso leque de propostas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como exemplo, destaca o seguinte:



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

- A preocupação com os **Serviços Urbanos** (abastecimento de água, saneamento básico, resíduos urbanos, limpeza urbana e parques e jardins)
- **A Educação e Formação** com atenção muito especial aos diversos graus de ensino (desde o pré escolar até ao 12º ano), nas também com referências, atividades e apoios ao ensino profissional, ao ensino especial e ao Ensino Superior.
- **A Ação Social e Saúde.** Neste setor com as novas competências recebidas o Município assume-se como entidade agregadora e facilitadora da intervenção social. De referir todo o apoio à área da Saúde mas também ao Plano de Desenvolvimento Sustentável e Social (PDSS), bem como apoios diversos nas áreas de alimentação, da saúde, da educação, da habitação, etc.. Referência também ao Programa de apoio ao acesso à Habitação (1º Direito).
- **A Cooperação Internacional.** De realçar a continuação das relações internacionais já existentes, bem como do apoio aos intercâmbios escolares internacionais, para além da concretização da Eurocidade As Neves/Arbo/Caniza /Melgaço
- **Património e Cultura.** Referência neste Orçamento para a continuidade de diversos acontecimentos culturais de referência, tais como O Festival Internacional de Documentário de Melgaço e o Melgaço em Festa, entre outros. Continuidade, também, para o excelente trabalho de divulgação do património e cultura do Município que tem sido levado a efeito pelos diversos Espaços Museológicos existentes.
- **Desporto.** Nesta área continuará a desenvolver-se todo um trabalho de dinamização da oferta e prática desportiva. Quer através dos diversos espaços da Melsport (Centro de Estágios e Piscina Municipal) quer com o apoio a atividades desportivas de relevo. Realce ainda para a continuidade do apoio a todos os Clubes e Associações que dinamizam a prática desportiva em Melgaço.
- **Desenvolvimento Económico.** Nesta área o Município propõe-se continuar a implementar estratégias que possibilitem a geração de riqueza e emprego para o território. Continuará a trabalhar em diversas frentes com o objetivo de promover o território, aperfeiçoando os eventos promotores do setor vinícola (Festa do Alvarinho e do Fumeiro e Festa do Espumante). Em 2024 será também iniciada, no terreno, a obra de upgrade tecnológico à zona industrial de Penso, no âmbito das áreas de Acolhimento Industrial de Nova Geração. De realçar ainda o apoio à atividade pecuária e ao incentivo à produção de fumeiro, sem esquecer também a apicultura. De referir também a nova Zona



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

Empresarial de Alvaredo com a atribuição dos primeiros lotes para instalação de empresas.

- **Desenvolvimento Urbanístico.** Neste setor para além da continuação de diversas iniciativas de referir o acompanhamento de diversas obras de reabilitação de aglomerados rurais, a continuação de projetos de habitação social, o acompanhamento da execução do Loteamento de arrendamento acessível de Alvaredo e a elaboração de Projeto de habitação social na Vila de Melgaço.

- **Rede Viária Municipal.** Continuidade da manutenção das vias de comunicação, com obras pontuais de melhoramento. Intervenções diversas em drenagem de águas pluviais e de manutenção de muros de suporte danificados com as intempéries de 2023.

Por último O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode também, com sentido orgulho, deixar de referir o **reforço de verbas para as Freguesias**, o que continua a demonstrar a intenção do executivo em trabalhar em estreita parceria com as Juntas de Freguesias, dando assim continuidade a um trabalho que ao longo dos anos de gestão autárquica socialista tem dado frutos em prol do território e da população Melgacense.

Por tudo o afirmado anteriormente e dado que julgamos interpretar os anseios e prioridades da população o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos apresentados.

Melgaço, 24 de Dezembro de 2023

O Grupo Municipal do Partido Socialista

